

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7503 – 3289 7506

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

15ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 28 de Agosto de 2014

Hora: das 14h 28min às 16h 46min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Aos vinte e oito do mês de agosto de 2014, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas e dezesseis minutos, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Cláudio Dilda da **SMAM**; Marcos Vinício Mucillo Padilha do **DEP**; Maria do Carmo Gualdi Lebsa **GP**; Neusa Henrich da Rocha, do **DMAE**; Eduardo Fleck, do **DMLU**; Synthia Ervis Krás Borges, da **SMURB**; Felipe Charczuk Viana e Letícia Paranhos Menna de Oliveira do **Instituto Econsciência**; Jorge Amaro de Souza Borges, **MARICÁ**; Paulo Brack do **INGÁ**; Andréa Pinto Loguercio, da **UFRGS**; Jeane Estela de Lima Dullius da **PUC**; Maria Alice Lahorgue, da **SBPC/RS**; Maurício Scherer, da **UAMPA**; Júpiter Palagi de Souza do **OAB/R**; Paulo Fernando de farias da **CUT**; Ricardo Libel Waldman da **MJDH**; Carlos Roberto Santos da Silveira, do **CREA/RS**; Tiago José Pereira Neto, da **FIERGS**. **Justificaram a ausência:** Manuela Zambrano Schuch do **IBAMA** e Magda Creidy Satt Ariolli do **CRBIO-3**. **Convidados:** Mauro Moura, SUMAM/SMAM; Antonio Aquino Pretto, da EINFRA/ SMAM; Monica Balbauf, Eventos/SMAM; Francisco C. Siliprandi e Luiz Francisco Costa da Sinduscom/FIERGS

Pauta:

- 1) Aprovação das atas das reuniões dos dias 29/05 e 26/06/2014; (Todos já receberam por e-mail, junto com a convocação e a pauta);
- 2) Relato sobre o Projeto de Lei do Executivo (PLE) 57/13, das Estações de Rádio Base (ERBs), pelo Eng. da SMAM Sr. Antonio Pretto;
- 3) Relato da Câmara do Fundo Pró Defesa do Meio Ambiente;
- 4) Relato da Câmara de Áreas naturais e Paisagem Urbana;
- 5) Relato da Câmara de Resíduos Sólidos, Emissões e Efluentes;
- 6) Convite para III Pré-Conferência do Meio Ambiente e para a Semana da Primavera, pela Coord. do Centro de Educação do Meio Ambiente, Mônica Balbauf, Eventos /SAMAM;
- 7) Assuntos gerais.

• Relato:

1 SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM:

2 Bom, senhores conselheiros, boa tarde. Tendo quórum, vamos a nossa décima quinta
3 reunião ordinária. E conforme proposta de pauta, já encaminhada aos senhores
4 conselheiros, nós começamos pelo de praxe, a aprovação das atas. Então, está em
5 apreciação, observações, correções... Aliás, as suas, caro conselheiro Eduardo Fleck, já
6 estão contempladas, já foram contempladas e todos os conselheiros vão receber
7 novamente a ata, com as correções sugeridas pelo conselheiro Fleck. E está a palavra com
8 os conselheiros, para a eventualidade de termos outras adequações, correções a serem
9 feitas. Muito bem, como não existem observações, por unanimidade, aprovadas as atas.
10 Segundo item da nossa pauta, e eu convido o mestre Antônio Pretto, para fazer um relato
11 sobre o projeto de Lei, então, das estações de rádio base, o projeto de Lei 57/2013.
12 Contigo a palavra, Pretto.

13 ANTÔNIO PRETTO, SMAM:

14 Bom, boa tarde a todos. Eu sou chefe da equipe de infraestrutura aqui da SMAM, e trato do
15 licenciamento de estações rádio base aqui no município de Porto Alegre. Eu fui convidado
16 pela Alaides para fazer um relato do PME 57, que é uma alteração da lei das antenas, que
17 está em vigor hoje. Eu pincelei algumas partes mais importantes do projeto de lei, tem
18 algumas alterações que foram só texto, não contempla já o existente. Então, o Art. 1º, fica
19 alterado o inciso I e incluído o inciso IV, ao parágrafo 3º do Art. 1º da Lei 8896, conforme

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

20 segue. Nesse Art. 1º, foi colocado: Para fins dessa Lei, adota-se as seguintes definições.
21 Então, foi colocadas várias definições, que no original, que está atual em vigor, não tem, que
22 eu não estou relatando aqui, são várias definições. Como o que é uma “ERB”, o que é
23 “poste”, o que é “torre”, o que é um “ERB móvel”. Então, é uma lista que foi acrescentada,
24 mais para dirimir dúvidas, que na lei atual, sempre existe dúvidas de definições. E
25 acrescentado, no parágrafo 3º, o inciso IV, a ERB e transmissor de telecomunicações com
26 ERP até 6 watts. Esse parágrafo, ele isenta algumas estações, então, é radares móveis, os
27 de micro-ondas, rádio amador, então, foi acrescentado esse item, que já tinha no
28 anexo. Esse item já tinha no anexo, só que ficava difícil de implementar, porque estava no
29 anexo, não estava no corpo da lei. Então, se trouxe do anexo para o corpo da lei. Outra
30 alteração, que é o Art. 2º, fica alterado os incisos I, II, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º,
31 do Art. 3º da Lei. Então, no Art. 3º, inciso I, a única coisa que foi alterado, foi acrescentado
32 “e críticos”, está em vermelho. O resto, seria igual o da lei atual. Então, as ERBS deverão
33 obedecer aos limites de posição humanas, e campos eletromagnéticos, fixados nos anexos
34 1 e 2, que existe na lei atual, desta lei. Sendo que o anexo 1 se aplica aos locais sensíveis
35 e críticos; e o anexo 2, aos demais. E foi alterado o inciso II. Na implantação de ERBS,
36 deverá ser observada a distância mínima de cinco metros de cada lado do terreno, salvo no
37 caso de a metragem ser inferior a dez metros, hipótese em que a implantação da ERB
38 deverá ficar centralizada. No texto atual da lei em vigor, a torre tem que estar a cinco
39 metros do terreno, de cada lado, ficar cinco metros. Então, nessa alteração, se o terreno
40 tiver menos de dez metros, e hoje os terrenos novos é sete metros, parece, de frente, não
41 se pode colocar torre. Então, com isso aí, se corrige, se faz uma correção. Que na zona
42 sul, por exemplo, tem um problema de cobertura por causa disso, não tem terreno com
43 frente suficiente para atender a legislação. outra alteração que foi, foi no parágrafo 1º, que
44 foi colocado “instituições de longa permanência de idosos”, e na lei original é “asilos”,
45 “casas geriátricas”, que agora, a nova definição desses estabelecimentos é “instituição de
46 longa permanência dos idosos”. O parágrafo 2º, “locais críticos”, referido no inciso I, que foi
47 colocado lá no inciso I, esse “crítico”, desse artigo, são as edificações, hospitais, clínicas,
48 escolas, creches, instituições de longa permanência de idosos, localizados no raio de até
49 50 metros da instalação de ERBS. Na lei em vigor, não pode instalar ERB há menos de 50
50 metros desses estabelecimentos. Com essa alteração, se inverteu, em vez de proibir a
51 instalação, se trocou por medições. Mais adiante vai ter essa... No parágrafo 3º, que foi
52 incluído, por restrição de acesso, fica vedado a instalação de ERBS em forma de torre em
53 terrenos, edificações de creches, pré-escolas, estabelecimentos de ensino fundamental e
54 médio, hospitais, clínicas e instituição de longa permanência de idosos. Então, em terrenos
55 de creches, não pode instalar torres dentro do terreno. Mas por exemplo, em cima de um
56 prédio, ou na caixa d’água do estabelecimento, se permite. Art. 4º, as medidas de campo
57 eletromagnéticos nos locais críticos deverão ser realizadas pelas operadoras de telefonia
58 móvel, a cada período de seis meses, a contar do licenciamento municipal, e pelo
59 município, por meio da SMAM, a qualquer tempo. Então, isso que eu tinha falado, se trocou
60 a proibição de cinquenta metros, para medição. Então, nesses estabelecimentos se tem
61 que fazer uma medição a cada seis meses. Parágrafo 1º, outra alteração que foi colocada,
62 no descumprimento da obrigação da realização de medições de campo eletromagnético,
63 pelas operadoras, na forma estabelecida no caput desse Artigo, acarretará a aplicação das
64 sanções previstas na Lei Federal 9605, que é a Lei de Crimes Ambientais.

65 **FELIPE CHARCZUK VIANA, ECONSCIÊNCIA :**

66 Me diz uma coisa, eu não entendi direito a questão da proibição e da medição, a diferença,
67 a diferença prática que é.

68 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

69 A diferença é assim, eu permito que se coloque num estabelecimento, a menos de 50
70 metros, que são os estabelecimentos críticos, hospitais, clínicas, creches e escolas, eu
71 permito que se coloque a menos de 50 metros, mas eu tenho que fazer a medição.

72 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

73 E se tiver acima de um nível X, o que faz?

74 **NEUSA HENRICH DA ROCHA, DO DMAE :**

75 Se retira,

76 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

77 É, ou tira a estação, ou reduz esses níveis, para que esteja dentro da legislação.

78 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA DO OAB/RS:**

79 E com as novas, 4G, isso aí, não muda tudo?

80 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

81 Não muda nada, os níveis são os mesmos.

82 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA DO OAB/R:**

83 E os mesmos sistemas? Torres e...

84 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

85 O mesmo sistema. Quer dizer, não é bem, eles vão colocar em torres, mas também eles
86 vão ter que colocar em postes, porque precisa mais estações. Porque a distância para o
87 4G é menor do que uma da 3G, do GSM.

88 **ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, DA UFRGS:**

89 É um número maior de antenas que a gente terá na cidade?

90 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

91 Se não, não vai funcionar.

92 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

93 Está havendo uma flexibilização, não é?

94 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

95 Exatamente.

96 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

97 Qual é o motivo, se antes não podia, devia ter uma razão? E agora pode...

98 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

99 É que com o advento do 4G, como essas estações tem que ter, a penetração do sinal é
100 menor, eles precisam de menos distância entre as estações, se não, o sistema não
101 funciona.

102 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

103 Está, mas... Ricardo, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. O que eu estou querendo
104 entender é o seguinte. Se antes era proibido, era porque fazia mal, fazia mal à saúde, é
105 isso?

106 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

107 Aí é que está, o que faz mal à saúde? É a distância ou os níveis naquele local? O que está
108 sendo feito é assim, os níveis têm que estar abaixo do previsto na lei, independente da
109 distância.

110 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

111 E aí fica supostamente acima, essa é a ideia?

112 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

113 Essa é a ideia. O que dá segurança é os níveis.

114 **FELIPE CHARCZUK VIANA, ECONSCIÊNCIA :**

115 Está, eu entendi agora, a questão da medição é a medição da

116 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

117 É, dos níveis que estão.

118 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA, OAB/RS:**

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

119 Júpiter, da OAB. Como é que funciona o sistema, por exemplo, na Europa, tem alguma
120 diferença?

121 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

122 Não, é o mesmo sistema.

123 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA, OAB/RS:**

124 Só os controles que são mais rígidos?

125 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

126 É, a única diferença que tem na Europa, por exemplo, é a faixa de frequências. Porque lá,
127 o 4G trabalha na faixa de 700 a 800 mega-hertz; aqui, vai trabalhar na faixa de 2600. Por
128 que isso? Porque a faixa, essa faixa está sendo usada pela TV digital, provisoriamente.
129 Então, porque está convivendo com a analógica, o analógico pega toda essa faixa, até o
130 700, que é o UHF. Então, assim que liberar essa faixa, quando ser totalmente digital, então,
131 essa faixa emprestada da TV digital vai voltar para a mesma que é a analógica hoje. Então,
132 vai liberar essa faixa mais adiante.

133 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA, OAB/RS:**

134 Júpiter, da OAB. Só altera os equipamentos?

135 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

136 Só a frequência, os equipamentos são os mesmos. Aqui, o Art. 3º, fica alterado o caput, e
137 os parágrafos 1º, 2º e 3º, do Art. 4º, da Lei 8896. Uma coisa que eu queria dizer, que eu
138 não disse, isso é uma alteração de lei, não é uma lei nova. É alteração da 8896, vai
139 continuar o mesmo número, não vai alterar. Então, no parágrafo 2º, as medidas de campos
140 eletromagnéticos realizada na forma do caput desse Artigo, serão disponibilizadas no site
141 da SMAM e SMIS, a fim de que a população esteja informada dos índices atingidos por
142 cada equipamento. Então, as medições serão divulgadas.

143 **JÚPITER PALAGI DE SOUZA, OAB/RS:**

144 O período que vai ser feita?

145 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

146 Elas são feitas anualmente, mais adiante a gente vai estabelecer o período. Parágrafo 2º, o
147 município de Porto Alegre poderá autorizar, mediante remuneração, a implantação de
148 ERBS em redes de infraestrutura, equipamentos e espaços públicos. Esse parágrafo já
149 existia, de uma maneira diferente, em uma redação diferente, já existe na legislação atual.
150 Art. 4º, o Art. 4º é o artigo do projeto. Fica alterado o Art. 5º da Lei 8896, conforme segue.
151 O que está em preto é o que está atual na lei, o vermelho é o que foi alterado. Então, Art.
152 5º, a implantação de ERB deverá observar as seguintes diretrizes. Um, prioridade na
153 implantação de ERBS em topos, fachadas, e daí foi acrescentado, marquises, empenas
154 cegas, caixa d'água e demais equipamentos existentes nas edificações. Desde que, e
155 instalados de forma a não causar impacto visual. B, condicionada a autorização pelo
156 proprietário ou possuidor do imóvel, na forma prevista no Código Civil. Nesse B aqui, tem
157 um detalhe, que é "o possuidor". Na lei atual é condicionada a autorização pelo proprietário
158 do imóvel. O que ocorre, principalmente na região sul? É que o proprietário é possuidor do
159 imóvel, mas não tem registro dele. então, quando uma operadora vai fazer, vai locar uma
160 estação, não consegue licenciar, porque o proprietário não está registrado. E quando entra
161 na prefeitura, precisa ter registro do imóvel,, então, eles não conseguem terrenos para
162 dar uma cobertura melhor, principalmente na zona sul, que a queixa é muito grande. Art.
163 6º, fica alterado o Art. 7º da Lei 8896, conforme segue. Aqui também tem um erro, porque
164 na verdade não é o Art. 7º, é o Art. 8º da lei. Eu já tentei fazer eles alterarem, mas não
165 sei... principalmente lá na Câmara. Então, o Art. 7º, que seria o Art. 8º, o licenciamento de
166 ERBS deverá seguir as seguintes etapas. Um, análise pela TAWAI. TAWAI é a comissão
167 de análise urbanística e ambiental de ERBS, que já existe há bastante tempo na prefeitura.
168 E eu faço parte, represento a SMAM na Licença ambiental única, então, vai ser dado

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

169 uma licença só. Hoje teria que dar licença prévia, licença de instalação e licença de
170 operação. Então, todas essas etapas foram simplificadas na licença ambiental única. E
171 terceiro, estudo de viabilidade urbanística, EVU, quando a ERB constituir edificação
172 exclusiva para esta finalidade. Devendo atender aos procedimentos administrativos,
173 referente a aprovação e licenciamento das edificações. Então, aquelas estações que foram
174 instaladas em topo de prédio, e que já teve EVU, já teve toda uma análise urbanística,
175 então, isso aí não vai ser preciso ser feito. Hoje precisa fazer, mas agora, com essa
176 alteração, não será necessário. Salvo aquelas que iniciam do zero, por exemplo, uma torre
177 que vai ser feita num terreno, que parte do zero, então, daí vai ser necessário todo o
178 estudo de viabilidade urbanística. Art. 7º, fica alterado o Art. 8º da lei, conforme segue. A
179 licença de ERB terá prazo de vigência de quatro anos, aplicando-se o procedimento
180 disposto na Lei Municipal 8267, observada a apresentação anual de laudo “radiométrico”,
181 para fins de controle e fiscalização do órgão ambiental. Na lei atual, a vigência é um ano. A
182 legislação do licenciamento ambiental são quatro anos. A atividade de ERB é a única aqui
183 dentro da SMAM que é anual. Então, toda vez que eu faço uma licença, eu tenho que
184 justificar o prazo de um ano, porque normalmente, o normal é quatro anos. Art. 10º, altera o
185 Art. 11 da lei, conforme segue. As operadoras de telefonia celular ficam obrigadas a
186 confeccionar e a distribuir, no ato da venda, material explicativo contendo informações
187 acerca das radiações emitidas pelos aparelhos celulares, e sobre as precauções
188 necessárias a sua correta utilização. Parágrafo 1º, o material explicativo deverá conter, no
189 mínimo, o constante no anexo 3 dessa lei. Esse artigo aí, ele faz parte da lei, eu coloquei
190 ali embaixo, essa lei já existe desde 2001, é só um reforço para a aplicação dessa lei.
191 E o anexo 3, seria o anexo dos decretos regulamentadores ali, que teve uma alteração.
192 Parágrafo 2º, as empresas que descumprirem a obrigatoriedade de distribuírem o material
193 explicativo ficarão sujeitas às seguintes penalidades. Um, advertência e multa de 500 UFN.
194 Esse aí é o anexo 3. E está nos decretos regulamentadores da lei. Esse projeto de lei
195 sofreu 25 emendas; e dessas 25 emendas, foram aprovadas, eu acho que 16, eu acho que
196 umas 16 delas foram aprovadas. Aqui eu vou colocar as emendas que foram aprovadas,
197 isso tudo está no site da Câmara de Vereadores, entrando com PRE 5713, vai ter o projeto
198 na íntegra e as emendas. Então, aqui tem uma delas, as operadoras de telefonia móvel
199 deverão disponibilizar, no município de Porto Alegre, estrutura de ERBS móveis, para
200 utilização imediata em caso de necessidade, e que os equipamentos de ERBS móveis
201 deverão ter licença especial emitida pelo poder público municipal. ERB móvel já está
202 previsto no projeto de lei, nas definições. E a intensão do grupo é na regulamentação,
203 colocar como vai ser feito esse licenciamento. E aqui tem uma subemenda, da emenda
204 número 1, que as operadoras de telefonia móvel deverão disponibilizar no município de
205 Porto Alegre as estruturas de ERBS móveis, para utilização imediata, em caso de
206 excepcionalidade, nos quais os equipamentos de ERBS móveis permanecerão em
207 funcionamento em prazo não superior a 30 dias. Na definição de ERB móvel, seria isso aí,
208 só que são aquelas ERBS para casos excepcionais, para reforço de sinais e o prazo é de
209 90 dias. Já aqui nessa emenda, está como 30 dias, não sei como é que vai se resolver
210 isso. Mas não teria problema, não vejo problema nenhum. A emenda número 2, as
211 empresas de telefonia e telecomunicações em geral, deverão implantar sinal de telefonia
212 móvel, atendendo as áreas com alta densidade e baixa densidade, no território do
213 município de Porto Alegre. Isso foram questões que saíram na CPI da telefonia móvel,
214 então, tem algumas coisas de emendas relativa ao relatório da CPI, que estão tentando
215 contemplar, junto dos problemas que Emenda número 3, as empresas de telefonia e
216 telecomunicações em geral, deverão instalar postos de atendimento aos consumidores,
217 para recepção de reclamações, rescisões contratuais, por serviços não contratados,
218 cobranças indevidas, bem como atendimento exclusivo para pessoas idosas,.....,

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

219 portadores de deficiência e gestantes. Mais uma emenda que foi aprovada. Emenda
220 número 4, as operadoras de telefonia que ofertam serviço de telefonia fixa, deverão
221 disponibilizar no regime de universalização, a telefonia fixa em todo território do município
222 de Porto Alegre. Aqui eles já misturaram telefonia fixa com telefonia móvel, vai dar um bom
223 prato cheio aí, até entrarem com a inconstitucionalidade da lei. Que aí já está entrando na
224 área federal, que é o que tem competência para legislar sobre telecomunicações, aí já
225 estamos legislando sobre telecomunicações, que não é o foco A emenda 8, aqui,
226 suprima-se do presente projeto, Art. 3º, inciso I, a expressão “sensíveis”, que passa a ter a
227 seguinte redação. As ERBS deverão obedecer os limites de posição humana, a campos
228 eletromagnéticos, fixados no anexo 1 e 2 dessa lei, sendo que o anexo 1 se aplica aos
229 locais críticos; e o anexo 2, aos demais... seria mais uma. Emenda número 9, mediante
230 solicitação e havendo a devida licença municipal, com o recolhimento de taxas ou aluguéis
231 ao município, poderão ser instaladas ERBS, desde que em canteiros, rótulos e
232 Isso aí já existe no projeto, eu tenho a impressão que quem propôs não leu o projeto de lei.
233 E já está contemplado no projeto de lei.

234 **PESSOA NÃO IDENTIFICADA:**

235 Nem quem aprovou?

236 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

237 É, exato. Emenda 16, todas as estações rádio bases instaladas na cidade, licenciadas pela
238 Agência Nacional das Telecomunicações, ANATEL, até a data da promulgação dessa lei, e
239 que tiverem infringindo normas estabelecidas pela Lei 8896, deverão ser enquadradas
240 conforme disposto no Art. 10 da presente Lei. Isso seria o óbvio. Emenda número 18, fica
241 suprimida a redação dada pelo Art. 2º da PLE 57, alínea D, do parágrafo 5º, do Art. 3º, da
242 Lei 8896, a expressão “no caso da impossibilidade de garantir que todos os canais estejam
243 simultaneamente acionados, mantendo o restante do dispositivo”. Isso aí é um dispositivo
244 da lei, que trata de como se faz a medição. Então, é uma das formas de medições, ou se
245 faz com todos os canais de operações ou, na impossibilidade, que tinha impossibilidade, se
246 faria em horários diferentes, para tentar pegar todos, as partes de maior tráfego, os
247 horários de maior tráfego ou menor tráfego da estação. Normalmente, é ante econômico
248 uma empresa ficar medindo duas, três vezes ao dia a mesma estação. O que eles fazem?
249 Eles colocam o sinal em todos os canais, colocam em operação e fazem uma medida só.
250 Esse é o que se faz, normalmente. Emenda número 19, fica acrescido ao PE 57 os
251 seguintes artigos: as operadoras deverão apresentar, no prazo de seis meses da vigência
252 da presente lei, um mapa da cobertura total de sinal, e dados para o município de Porto
253 Alegre, nos termos da legislação vigente, que regulamenta a matéria. Vão ter que fazer
254 isso, apesar de que no site de todas as operadoras hoje, já tem esse mapa de cobertura,
255 mas colocado. No mapa de Porto Alegre, tem toda parte de cobertura e as partes que não
256 tem sinal. Isso já existe. Emenda número 20. Os valores arrecadados por multas
257 decorrentes da fiscalização pelo município, dos serviços de telefonia em Porto Alegre,
258 serão aplicados prioritariamente no reaparelhamento e qualificação das atividades de
259 fiscalização, exercida pelo município em face do serviço de telefonia. Emenda número 22.
260 Fica substituída, na redação dada pelo Art. 3º da PME 57, ao caput do Art. 4º da Lei 8896,
261 a expressão “por meio da SMAM, a qualquer tempo”, pela expressão “a qualquer tempo,
262 pela SMAM, no período de seis meses”. Isso aí é na medição lá, que diz que as operadoras
263 tem que fazer medição de seis em seis meses, e a SMAM a qualquer tempo. Então, ali
264 vamos colocar assim, as operadoras fazem a medição em seis meses, e a SMAM, a
265 qualquer tempo pela SMAM, no período de seis em seis meses. Quer dizer, a SMAM vai ter
266 que medir de seis em seis meses nos locais críticos...

267 **PESSOA NÃO IDENTIFICADA:**

268 A qualquer tempo?

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

269 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

270 É. Emenda número 23. Nos locais críticos, deverão ser emitidos laudos teóricos e
271 radiométricos, para os proprietários dos seguintes estabelecimentos: hospitais, clínicas,
272 escolas, creches e instituições de longa permanência de idosos. Para os referidos laudos,
273 só poderão ser emitidos por profissionais habilitados na área de rádio frequência, de
274 acordo com a regulamentação emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações. Isso
275 quer dizer que esses estabelecimentos que estiverem a menos de 50 metros, terá que ser
276 fornecido um laudo das medidas quando forem feitas. E tem uma subemenda dessa
277 emenda, que diz: Nos locais críticos, deverão ser emitidos laudos teóricos e radiométricos
278 dos seguintes estabelecimentos: hospitais, escolas, creches e instituições de longa
279 permanência de idosos, cujo teor será disponibilizado no site da SMAM e da Secretaria da
280 Saúde. Nesse caso, além de entregar o laudo, tem que ser colocado no site da SMAM.
281 Emenda 24. O município elaborará, no prazo de 36 meses, a contar da publicação desta
282 lei, o plano diretor de telefonia móvel e fixa no município de Porto Alegre. Essa é mais uma
283 obrigação da... E a emenda 25, lá tem o item 1, dá nova redação aos incisos I e III, e
284 suprime... não sei o que é ali, se é artigo...

285 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM:**

286 Alínea, alínea E.

287 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

288 Alínea E do parágrafo 6º, e parágrafo 7º do Art. 3º da Lei 8896, conforme proposto pelo Art.
289 2º do projeto 57. Art. 3º, inciso II. Na implantação de ERBS no solo, deverá ser observada
290 a distância mínima de cinco metros de cada lado do terreno, salvo no caso de a metragem
291 ser inferior a dez metros. Hipótese em que a implantação da ERB deverá ficar centralizada.
292 Bom, esse inciso aí deu uma polêmica muito grande lá dentro da Câmara de Vereadores,
293 porque alegavam que com esse dispositivo, se poderia colocar uma torre num terreno de
294 um metro. E eu acho lá dentro da Câmara de Vereadores. Então, com essa emenda, se
295 limitou em seis metros de frente do terreno para colocar. Menos de seis metros, fica
296 proibido. Os terrenos utilizados para implantação de ERBS deverão ter no mínimo seis
297 metros de testado. E depois, ali no item 2, suprime o Art. 11 do projeto 5713.

298 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

299 Só uma perguntinha, que eu fiquei curioso. Ricardo, Movimento de Justiça e Direitos
300 Humanos. A minha pergunta é a seguinte. A regra geral seria, tem que ter cinco metros de
301 distância da frente do terreno, é isso?

302 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

303 Não, cinco metros do vizinho. Aí, no caso, e/ou da rua.

304 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

305 Por que isso?

306 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

307 Que eu acho que isso aí, na lei em vigor, foi colocado.

308 **RICARDO, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:**

309 Mas não é nenhuma razão, assim?

310 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

311 Não tem nenhuma razão. A razão, na verdade, é que lá em 2002, quando foi discutido a lei
312 atual, alguns reclamavam que iam sair no final de semana e quando chegavam, no
313 domingo, estava uma torre bem próxima da janela. Então, foi instituído, nas discussões e
314 nos debates, cinco metros. Então, cinco metros do vizinho, no mínimo cinco metros. As
315 torres, normalmente, estão em torno de uns três metros, hoje, algumas dois metros e meio,
316 já se colocavam. Por que isso? Porque nas legislações anteriores, a Secretaria do
317 Planejamento tinha a ideia de que quanto mais próximo se colocasse de uma estrutura, por
318 exemplo, de uma empena cega de um edifício, urbanisticamente ela ficaria, teria menos

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

319 impacto. Só que, o que ocorria na prática? Eles não colocavam próximo da empena cega,
320 eles colocavam em qualquer parte do terreno...

321 **PESSOA NÃO IDENTIFICADA:**

322 Desculpe, eu sou da biologia, não entendo muito essa “empena Cega”.

323 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

324 Empena cega é a parede onde não tem janela dos prédios. Então, era colocado próximo,
325do vizinho. E às vezes pegava a janela, aquelas torres, então, por isso que foi colocado
326 esses cinco metros.

327 **NEUSA HENRICH DA ROCHA, DO DMAE :**

328 Esses cinco metros não tem nada a ver com campo magnético?

329 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

330 Não, só urbanístico, não tem nada a ver com proteção. Então, as operadoras faziam de tal
331 forma que a antena não invadisse o terreno do... como o suporte tem um metro e meio,
332 dois metros, então, ficava, dois metros, três metros de

333 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

334 Palavra a disposição dos senhores conselheiros. Mas é isso, caro mestre Antônio Preto?

335 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

336 Seria isso aí, o relato.

337 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

338 Considerando, então, que não há mais questionamentos, agradecemos a sua
339 disponibilidade de estar aqui conosco.

340 **ANTÔNIO PRETTO, SMAM:**

341 Eu também agradeço a oportunidade e o convite.

342 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

343 Mas pode ter certeza, aguarde novos convites. Muito bem, meus prezados conselheiros,
344 passamos para o item 3 da pauta, eu passo a palavra, então, ao Rogério Pena Lima, para
345 fazer a abordagem e expor o edital 2014 do fundo.

346 **ROGÉRIO PENA, SMAM:**

347 Boa tarde a todos. Para quem não me conhece, eu sou Rogério, eu sou da ASSEPLA,
348 da Secretaria do Meio Ambiente, e eu vim aqui fazer um breve relato a respeito das últimas
349 reuniões da câmara técnica do fundo. E essas últimas reuniões tiveram dois assuntos que
350 monopolizaram as discussões, um deles é o edital do fundo, que finalmente, vocês todos já
351 devem estar sabendo, no dia 14 de agosto ele foi publicado, e a entrega de projetos foi
352 aberta a partir do dia 15 de agosto e vai até 29 de setembro, com previsão de abertura dos
353 envelopes a partir do dia 30 de setembro. Pela comissão técnica designada já, integrantes
354 do COMAM e da própria secretaria. Então, nós já estamos com esse ponto bem adiantado,
355 já estamos na fase de campo, digamos assim, que é o momento em que vamos receber os
356 projetos. Até o momento não chegou nenhum, o que já era esperado até, porque faz
357 poucos dias que foi aberto o prazo. E o segundo ponto que monopolizou as discussões, e
358 que requer um pouco mais de atenção, é a respeito das diretrizes para utilização, para
359 aplicação dos recursos do FUNPROAMB. Atualmente, esses recursos, eles são balizados
360 por uma série de diretrizes que são muito específicas. E por serem tão específicas, elas
361 causam alguns problemas orçamentariamente, que é a minha parte. Em relação a
362 aplicação desse recurso, como é que nós vamos enquadrar esses recursos dentro do
363 orçamento e dos programas, das ações da administração municipal. E queira ou não, o
364 FUNPROAMB, embora seja um fundo específico, para utilização específica na defesa do
365 meio ambiente, ele compõe o orçamento municipal, tem que seguir as regras estabelecidas
366 para este orçamento. Quem estabelece essas regras, obviamente, não é a secretaria do
367 Meio Ambiente, existem órgãos dentro do município que trabalham com isso, que seriam a
368 SMPEO, que é a Secretaria Municipal de Planejamento e Estratégia, e a própria

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

369 Secretaria da De acordo com as diretrizes que vinham sendo trabalhadas até hoje,
370 com aquele direcionamento percentual, de tantos por cento para cada diretriz, a gente
371 observou que estava engessando muito a aplicação dos recursos e causando problemas.
372 Por exemplo, eventos, a gente tinha, vamos dizer que a gente tivesse a previsão de se
373 aplicar determinado valor em eventos aqui em Porto Alegre, semana da primavera, semana
374 do meio ambiente, ou algum outro evento que surgisse no decorrer do ano. A gente estaria
375 limitado a, digamos, no caso, uns 4% do valor do fundo, do valor depositado no fundo. E ao
376 passo disso, a gente teria alguma porcentagem destinada para material bibliográfico. Só
377 que a gente não tinha nenhum projeto para implementar esses recursos para material
378 bibliográfico. Então, a gente ficava na impossibilidade de investir naquilo que a gente tinha
379 o projeto palpável, em nome de algo que não existiria. A gente percebeu isso, foi discutido
380 isso durante algumas reuniões da câmara técnica, e se reduziu, se chegou a uma proposta
381 de redução das atuais 18 diretrizes, para 4. Onde essas 4, pelas discussões, que não é o
382 meu caso, mas dos técnicos da área de meio ambiente, chegaram ao entendimento dessas
383 4 diretrizes, elas englobavam todas as outras e ainda davam uma possibilidade até de
384 diretrizes que não estavam contempladas, talvez serem dentro dessas 4. Essas 4
385 diretrizes seriam, uma, educação ambiental, onde entraria toda e qualquer ação
386 relacionada a educação ambiental, desde eventos, até compra de material, impressão de
387 cartilhas etc... A segunda diretriz seria gestão de unidades de conservação, praças,
388 parques, jardins, cemitérios e arborização urbana, que demonstra já o nome bastante
389 amplo, qualquer tipo de intervenção em unidades de conservação, praças, parques, nos
390 cemitérios municipais e até na própria arborização em vias públicas, estariam
391 contempladas dentro dessa diretriz. Uma terceira diretriz seria gestão de planejamento e
392 monitoramento ambiental, também. Contempla diversas diretrizes anteriores, dentro de
393 uma diretriz bastante ampla. E a quarta seria a qualificação do servidor, que seria qualificar
394 os quadros da própria secretaria, para prestar um serviço mais qualificado nessa área de
395 defesa do meio ambiente. São essas 4 diretrizes que estão sendo propostas pela câmara
396 técnica do fundo, não sei se a colega que faz parte quer fazer alguma manifestação
397 também. E entendo que isso deva ser submetido a uma avaliação do COMAM, para que a
398 gente possa implementar essas 4 diretrizes assim que for decidido que o façamos.

399 **NEUZA HENRICH DA ROCHA, DMAE:**

400 Neuza, DMAE. A minha pergunta talvez não seja novidade para os demais colegas. Essas
401 4 diretrizes abarcariam 100% do fundo?

402 **ROGÉRIO PENA, SMAM:**

403 100% do fundo. Até o que eu esqueci de falar, a sistemática permanece a mesma, não
404 muda nada. Vai continuar passando pela junta de avaliação, que é a JAC, todas as
405 despesas têm que ser aprovadas ali, para depois ser, posteriormente, implementado o
406 projeto. Não muda nada. A única questão mais, é basicamente orçamentária, para facilitar
407 que a gente trabalho com os recursos do fundo, que hoje a gente tem problemas para
408 conseguir utilizá-los.

409 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

410 Eu não sei se tem escrito, assim, porque eu me perdi aqui, um pouco...

411 **ROGÉRIO PENA, SMAM :**

412 Não, a gente até pode tirar cópias agora, distribuir para vocês...

413 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

414 Em primeiro lugar, eu acho que seria interessante, de repente, mostrar como é a atual e
415 como a que está sendo proposto. Em primeiro lugar, eu queria já salientar, que eu acho
416 que juntar unidade de conservação com arborização, eu acho bem polêmico, porque já
417 teve anos que o fundo do meio ambiente abarcou 80% dos seus recursos para arborização
418 urbana. Então, eu acho que generalizar, nesse caso, e colocar junto, unidade de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

419 conservação junto com arborização urbana, eu acho meio complicado, porque pode ir todo
420 o recurso à arborização urbana, e não ir nada na unidade de conservação, e ficar por isso
421 mesmo. E as ONGS, entram onde, na garantia do recurso para as ONGS, entram em quais
422 dessas 4 diretrizes?

423 **ROGÉRIO PENA, SMAM :**

424 Depende do projeto que for apresentado. Dependendo do projeto que for apresentado, a
425 gente qualifica dentro de uma dessas 4 diretrizes. A questão que tu levantaste, com razão,
426 inclusive, que em outro momento aqui nesse mesmo fórum eu já tratei desse assunto, em
427 relação a arborização urbana, recursos do fundo serem utilizados, boa parte não, a grande
428 maioria, esmagadora, foi questionado logo que eu cheguei aqui, em abril, e já está
429 solucionado isso nos próximos... o contrato de está sendo renovado agora, e o da poda
430 também vai ser renovado em breve. Já está totalmente fora do fundo, isso aí é só para
431 esclarecimento mesmo. Eu sei que a tua preocupação é para o futuro também, não é só
432 para esse momento, mas só para informar que nesse momento isso está sendo sanado, os
433 contratos que estão sendo firmados agora, já com recurso da prefeitura, não está
434 sendo mais utilizado o fundo. Então, a Alaides vai distribuir para vocês aí, e vocês vão ver
435 dois quadros, o quadro de cima é como está atualmente, e o quadro de baixo é a proposta
436 que foi aprovada na câmara técnica. Inclusive, no quadro acima tem ali, bem a direita, em
437 qual dos itens novos das ali, se aplicariam nos antigos.

438 **NEUZA HENRICH DA ROCHA, DMAE:**

439 Neuza, do DMAE. Tu falou que nós estávamos tendo problema para usar o recurso, me
440 parece que o grande problema é o recurso estar hoje no fundo...

441 **ROGÉRIO PENA, SMAM:**

442 É, hoje o recurso um problema generalizado dentro da prefeitura, a colega sabe. Mas o
443 problema que eu me referia é o que eu falei, a gente fica engessado com um percentual
444 específico para determinada coisa, em detrimento de outra que poderia estar sendo
445 implementada e não poderia. Então, foi por essa limitação que estava sendo imposta.
446 Tanto que nessas 4 diretrizes agora, a ideia é não estabelecer limites percentuais.

447 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM:**

448 Na verdade, sendo bem explícito, foi uma negociação, um jogo de braço, no sentido de que
449 podas, capina etc, que ficavam incluídas no orçamento do fundo, elas ficam no vínculo 1,
450 que é orçamento. Então, Felipe, a tua preocupação está contemplada. Agora foi...

451 **NEUZA HENRICH DA ROCHA, DMAE:**

452 Mas secretário, o que significa vínculo 1?

453 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

454 Orçamento...

455 **ROGERIO PENA, SMAM:**

456 Só para entender, vínculo 1 é o que se chama de recursos livres da prefeitura, são os
457 recursos da prefeitura. O vínculo do fundo, do FUNPROAMB,..... falando, é o vínculo
458 1211. O vínculo 1211 é o fundo, vínculo 1 é os recursos da prefeitura, como arrecadação
459 de impostos.

460 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

461 Eu entendo a lógica, eu sou de uma instituição pública, eu entendo a lógica de que, muitas
462 vezes, aquilo que a gente quer, como técnico da instituição, esbarra no modo de trabalhar
463 do pessoal da contabilidade, que faz o lançamento na questão das rubricas. Eu acho que é
464 válido essa preocupação de tentar casar com aquilo que, do modo como a Secretaria da
465 Fazenda trabalha, que me parece que é isso o motivador de tudo isso. É tentar organizar, e
466 casar de uma maneira mais equilibrada. Entretanto, secretário, eu preciso levantar aqui,
467 algumas questões que me preocupam. Nós viemos discutindo esse fracionamento da
468 despesa, que talvez seja um fracionamento em excesso, mas com alguns norteadores, que

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

469 eu não encontrei aqui espelhados. Então, nós lutamos muito nesse conselho, para que a
470 gente mantivesse um mínimo de valor específico para os editais de seleção. Quando tu
471 responde ao Felipe, dizendo que os editais de seleção estão dentro daqueles 4 itens, isso
472 me preocupa como gestão futura, no sentido de que nós podemos ter gestores diferentes
473 da conduta que o senhor vem adotando, secretário Dilda, nos próximos anos, que
474 entendam que não vai se abrir edital para seleção de projetos oferecidos pela sociedade
475 civil. Porque podemos entender que a educação ambiental é aquela educação ambiental
476 que a equipe de educação ambiental da SMAM faz, podemos entender que o item 2,
477 gestão de unidade de conservação, praças, parques, jardins, cemitérios e arborização é
478 sim, um novo contrato de podas, que hoje, e parabéns ao secretário, e eu sei a luta que foi
479 para garantir que isso esteja dentro do item, das despesas ordinárias da prefeitura, mas eu
480 também sei como é o orçamento público. O cobertor é curto e falta corpo para cobrir todo.
481 Num determinado momento em que este cobertor é público, e eu tiver essa perspectiva
482 aqui, esse recurso pode sim, ser usado para arborização. Nós não ficamos com nenhuma
483 garantia. Então, me preocupa essa simplificação, no momento em que ela não conserva
484 algumas batalhas e algumas conquistas históricas desse conselho. Como sugestão, eu
485 acho, então, que a gente poderia inserir pelo menos um novo item, que seria sim,
486 contemplar a questão dos editais. E me preocupa o fato de nós não termos um percentual.
487 Talvez nós estejamos trabalhando de uma diretriz que está quadriculada demais, para
488 uma, no meu entendimento, que está quadriculada de menos. Ela está ampla demais, ela
489 está, no meu entendimento, muito à mercê do bom senso e da política que vai estar sendo
490 implementada naquele momento. No momento em que a gente não estabelece alguma
491 coisa, nós corremos o risco de ter, durante alguns anos, zero de investimento em
492 qualificação de servidor, zero de investimento num edital de seleção; e voltados a ter, como
493 a gente já teve aqui nesse município, e a gente tem em tantos outros municípios, o dinheiro
494 do fundo sendo utilizado para cobrir as despesas ordinárias de funcionamento da
495 secretaria.

496 PAULO BRACK, DO INGÁ:

497 Bom, então, eu acho que... Paulo, do Ingá. Eu sei como é a situação, eu trabalhei aqui na
498 SMAM, a gente ia com o chapéu lá na ASSEPLA, para conseguir equipamento para
499 realizar reserva ecológica do lami, era uma série de coisas que precisava. E eu sei que aí,
500 a gente, às vezes, recorria ao fundo municipal do meio ambiente, para algumas coisas para
501 a reserva. Eu acredito que assim, eu vejo que fica muito geral essa questão, ela tinha uma
502 diretriz que pode ser, realmente ficou, ela, anteriormente, eu acho que ela estava muito
503 fragmentada, mas eu acho que agora simplificou demais e não dá percentual nenhum.
504 Então, na sequência do que a Andreia falou, eu acho que a gente tem que pensar, eu vejo
505 os fundos ambientais, eles são, de certa maneira, eles apontam para políticas que devem
506 ser feitas, principalmente políticas afirmativas, de coisas que a prefeitura não consegue
507 fazer no seu orçamento, enfim. E através da sua arrecadação, por multas, enfim, até
508 questões que a gente gostaria de saber. A gente também cobra isso lá no CONSEMA, o
509 fundo estadual do meio ambiente, qual é o montante, por que esse recurso não fica
510 separado, para que a partir do momento que... A gente sabe que é difícil, o secretário aqui
511 falou que é uma luta bastante difícil de se conseguir... cavar esse recurso, de certa
512 maneira, não deveria ficar sobre a tutela da administração, já que é um fundo específico
513 com arrecadações que, de certa maneira, em grande parte delas, pelo que eu entendo, são
514 decorrentes de ações da própria secretaria, multas, por exemplo, licenças etc... Eu não sei
515 se eu tenho condição de votar agora, secretário, eu gostaria, não sei se pedir vistas e tal,
516 para a gente... talvez venha a colaborar, não sei se é possível isso aí, para... Até porque,
517 assim, eu solicitaria, da próxima vez, que viessem já, anteriormente, se tivessem
518 encaminhado para nós, dentro da convocação, essa... talvez a gente já poderia vir com

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

519 alguma proposta. Mas a gente foi pego de surpresa, e eu até gostaria de conversar com o
520 pessoal do Ingá também, enfim, outras ONGS.

521 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

522 Sim, para todos os efeitos, o valor, digamos assim, destinado ao edital, ele está
523 sacramentado, dentro daquilo que nós já conversamos aqui, os projetos. Agora,
524 conselheiro Paulo, este plenário é soberano, sem problema nenhum. No momento
525 oportuno, nós poderemos perfeitamente colocar em votação...

526 **ROGÉRIO PENA, SMAM :**

527 Inclusive, secretário, agora, dia 10 de setembro, a reunião da câmara técnica do fundo, é
528 agora, dia 10 de setembro, 9h da manhã, e os conselheiros estão convidados a participar,
529 para desenvolver melhor essa proposta.

530 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

531 Sim, ou no caso, o conselheiro Paulo propõe um pedido de vista, que também é
532 perfeitamente cabível. Mantém o pedido, Paulo? OK, conselheiro Paulo, do INGÁ, pede
533 vista, então, a essa proposta e no dia 10, que vai estar a câmara técnica reunida, nós
534 temos aí, hoje, dia 28, 13 dias, 12 dias, para até sugestões. Agora, considerando que o
535 prazo para inscrição de projetos já está aberto, o edital, não interfere.

536 **PESSOA NÃO IDENTIFICADA:**

537 Sim, com o edital desse ano não interfere, diretrizes...

538 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

539 Perfeito,, porque alguns conselheiros poderiam estar preocupados: “Bom, e vão abrir
540 novo prazo?” Não, OK? E para todos os efeitos, o tema aqui já tem pedido de vista
541 concedido, vamos aperfeiçoar os instrumentos, é um processo permanente, sem dúvida.
542 Muito bem, muito obrigado, Rogério Pena Lima. Eu gostaria de registrar que, Paulo, fizeste
543 uma referência, conselheiro Paulo, à ASSEPLA. Então, eu gostaria de registrar que enfim,
544 nós temos um coordenador aí da ASSEPLA, que veio agregar uma tranquilidade um pouco
545 maior à gestão dessa secretaria. Item número 4, câmara de áreas naturais e paisagem
546 urbana. Andreia.

547 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

548 Eu acho que não precisamos de cópia impressa do parecer da câmara técnica, eu acho
549 que todo mundo recebeu por e-mail, não é?

550 **ALAIDES MATTONE, SAMAM:**

551 Sim, com certeza.

552 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

553 Menos papel, menos área de reflorestamento, menos árvores abatidas. O relato da câmara
554 técnica nesse mês, a CT de áreas naturais, nós nos debruçamos basicamente na proposta
555 de análise sobre o processo 00233074200507869... Eu não poderia começar sem a
556 presença de Mauro Moura. Seja bem-vindo. Nós nos debruçamos, então, como eu estava
557 dizendo, basicamente sobre o processo que trata do empreendimento tão, tão querido, do
558 arado velho. A câmara técnica fez uma solicitação, atendida pela presidência do conselho e
559 pela supervisão do meio ambiente, de conhecer o processo. O processo foi remetido à
560 câmara técnica, após uma apresentação que tinha sido feita pelo chefe do licenciamento
561 ambiental, sobre o EIA RIMA do empreendimento, que foi em audiência pública em janeiro.
562 Então, com base no EIA RIMA que nós tivemos acesso, foi disponibilizado; com base numa
563 visita técnica que a câmara fez, na data do dia 11 de julho deste ano, à área do
564 empreendimento, com a presença da empresa que tinha elaborado o EIA RIMA, e com
565 base no processo que nos foi remetido, nós concluímos, por consenso na última reunião da
566 câmara técnica, acerca do parecer que vocês receberam. Então, que a área pretendida, no
567 nosso entendimento, a área pretendida, com respeito especialmente às áreas residenciais
568 2 e 3, apresenta características predominantemente rurais e naturais, com uma vocação

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

569 ambiental de preservação, levando-se em conta a presença na área de banhados, de fauna
570 típica de áreas húmidas, de cotas altimétricas muito baixas. Esse fato já está, inclusive,
571 levantado pelo próprio laudo técnico hidrogeológico do EIA RIMA. Considerando, portanto,
572 o ambiente natural existente, a biodiversidade da área e o seu papel no regime hídrico da
573 região, e a inexistência de área de produção primária, em consonância com este momento
574 da cidade, em que se fala da volta da zona rural, entendemos que a vocação natural da
575 área é de preservação. E a nossa sugestão seria a criação de um parque ou uma unidade
576 de conservação. Nós sabemos que criar parques, no papel, é muito fácil. E que é muito
577 complicado para a administração pública simplesmente receber uma proposta como essa
578 assim, cria-se um parque. O papel aceita tudo. E entendemos, como câmara técnica, que
579 essa proposta contempla a necessidade daquilo que nós viemos falando neste conselho já
580 há bastante tempo, que é a necessidade de se ter uma política ambiental, de
581 desapropriação, primeiro, efetiva. Porque não adianta fazer uma desapropriação, e a gente
582 sabe que a secretaria, hoje, responde por uma desapropriação onde não houve o devido
583 ressarcimento aos proprietários da área, e hoje a secretaria é ré no processo, e terá de
584 pagar por essa desapropriação sem ressarcimento.

585 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

586 Morro do Osso.

587 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

588 Que é o caso do Morro do Osso, como lembrou o secretário. Então, uma desapropriação
589 efetiva, se ressarce os proprietários... E áreas com tal perfil, são pouquíssimas áreas
590 dentro do município. Esse é o entendimento que nós temos. Aquela é uma área, talvez
591 uma das maiores áreas do município, são 400 hectares. Numa zona frágil ambientalmente,
592 e que ainda aguarda uma reserva ambiental, que nós consideramos bastante interessante,
593 do ponto de vista de preservar o ambiente natural de Porto Alegre. Então, o nosso
594 entendimento é que é preciso estabelecer uma política de estado, e que se tenha
595 orçamento compatível para fazer a preservação efetiva dessas áreas. Não adianta criar
596 mais um parque no papel, ou não adianta simplesmente dizer assim: “A municipalidade tem
597 que ficar com essa área.” Ou: “Olha, não, há impossibilidade, porque não temos
598 orçamento, porque não temos essa política.” Então, deixa que essa área se transforme
599 numa área do empreendimento privado, ou numa área para especulação imobiliária. Então,
600 a nossa cobrança, secretário, ela é exatamente nesse sentido, de que se estabeleça, e que
601 essa plenária seja efetiva na cobrança de uma política ambiental de efetiva preservação.
602 Nós entendemos que a verba da compensação ambiental, ela tem que ser destinada,
603 prioritariamente, para a preservação de áreas. Não vai ser uma política de fazer pecúlio, ou
604 entregar meia dúzia de mudas no viveiro para fazer plantio em área pública que vai
605 preservar o ambiente natural do município. Entendemos também, que esse processo, que
606 nós pegamos já em andamento, que já existe uma proposta do empreendedor, que a gente
607 não sabe se existe a viabilidade dessa primeira proposta. Então, alternativamente à
608 primeira, em caso de que haja essa implantação efetiva por parte do empreendedor, nós
609 ressaltamos... porque o EIA RIMA traz no seu escopo, ele parte de uma diretriz que é a
610 modificação do PDDUA, em relação à ocupação da área. Nós entendemos que, em caso
611 de que o empreendedor mantenha a proposta, que o PDDUA não seja modificado. Que ele
612 mantenha, então, a proposta de ocupação com o empreendimento, respeitando o plano
613 diretor. Porque se não, o plano diretor torna-se alguma coisa bastante frágil, que perde o
614 seu caráter como plano diretor, que o nome já traz. Se cada um vai propor: “Não, eu quero
615 fazer isso, mas eu não quero com essas regras, eu quero que mude a regra do jogo.” Nós
616 teremos, ao longo dos próximos anos, uma colcha de retalhos. Então, não vamos mais
617 brincar de fazer plano diretor e de discutir durante anos o plano diretor, que traz no seu
618 nome uma matriz ambiental. Porque ele foi tecnicamente discutido, durante anos, então, se

Endereço para correspondências

14

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

619 cada empreendedor achar: “Não, olha, mas para o meu empreendimento tem de haver
620 essa flexibilização.” O nosso entendimento, então, é que havendo a ocupação, que se
621 obedeça o plano diretor com os índices atuais. OK, a área é privada, é legítimo que o
622 empreendedor faça uma proposta, mas consideramos que não é legítimo que ele proponha
623 a partir de uma alteração de uma lei maior, que abarca toda cidade, que é o caso do
624 PDDUA. E um especial cuidado em relação às áreas sujeitas a inundação. Nós verificamos
625 no próprio EIA RIMA lá, uma série de ressalvas com áreas que eles consideram com uma
626 cota muito baixa, a gente esteve no terreno, a gente tem fotos, tem vídeo do terreno. Em
627 alguns pontos, para permitir a edificação, seria necessário fazer um aterro de dois metros e
628 meio de altura. É um volume de terra a entrar para dentro da área, de sorte que também
629 esse mesmo estudo não traz, por exemplo, qual seria o impacto disso no desaguar de
630 águas ali, qual seria o impacto disso na vizinhança. Então, tem algumas propostas ali,
631 bastante ousadas, que nós entendemos que não são cabíveis, principalmente em relação a
632 essas áreas mais inundadas. Ressaltamos ainda, então, que a criação, por parte do
633 proprietário, de uma RPPN, que é uma proposta que está lá dentro, é uma boa prática. E
634 que portanto, essa boa prática, ela não pode ser uma prática de negociação ou de
635 compensação de: fizemos uma RPPN, desde que o PDDUA seja flexibilizado. Nós
636 discutimos isso na reunião, isso, no projeto, ele fica nas entrelinhas. Em nenhum momento
637 eles propõem uma RPPN como medida compensatória, mas a área da RPPN, tem uma
638 parte dessa área de RPPN que já é APP, portanto ela já está resguardada por força de lei.
639 E existe uma leitura, foi uma leitura que a câmara técnica fez, de que não se pode usar a
640 criação de uma RPPN como forma de pressionar a municipalidade, em relação a uma
641 flexibilização. Eu fico muito tranquila em trazer essa proposta aqui, porque a nossa câmara
642 técnica é considerada uma câmara técnica bastante polêmica dentro do COMAM. Ela é
643 uma câmara técnica que talvez tenha a maior diversidade de atores, e nós conseguimos
644 construir essa proposta fazendo um consenso entre as ONGS, os próprios técnicos da
645 SMAM que estavam lá, a universidade, a FIERGS, que lá representa o SINDOSCOM
646 também. Então, é uma proposta de consenso da câmara técnica, o que demonstra que a
647 gente está trazendo esse parecer de um modo como ele deve ser trazido, bastante técnico
648 e não político. E com a necessidade de que a gente tenha uma política ambiental que
649 preserve essas áreas. A gente tem essa situação, a gente tem situações semelhantes em
650 relação aos morros da cidade, então, nós precisamos sim, fazer uma preservação. O Paulo
651 já vem batendo isso em outras vezes aqui, da necessidade de um mapeamento da cidade,
652 com quais são as áreas prioritárias para preservação, e com esse viés, que nós trouxemos
653 o nosso parecer. Então, a câmara técnica de áreas naturais do COMAM alerta, portanto,
654 para problemas na implantação das áreas residenciais no local, recomendando a revisão
655 do projeto apresentado, a fim de não comprometer as condições naturais apontadas. E
656 solicitamos à plenária desse conselho que este parecer da câmara técnica passe a ser
657 parte integrante do expediente administrativo, para que ele possa vir ao conhecimento das
658 outras instâncias que vão analisar o processo, uma vez que esse empreendimento ainda
659 não teve sua aprovação por parte da CAUGE. Era isso, secretário.

660 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

661 Está aberto para maiores esclarecimentos.

662 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

663 Apenas uma coisa que eu não compreendi bem. O plano diretor vedaria a edificação dessa
664 área?

665 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

666 Não totalmente, tem uma ocupação permitida. O que o empreendedor está propondo é
667 uma flexibilização do plano, para aumentar o número de economias.

668 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

669 É, ele praticamente dobra o número de economias, eu acho que de 1180 para dois,
670 trezentos e alguma coisa. Ele praticamente tem um aumento de 100% no número de
671 economias sobre a área.

672 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

673 Continua à disposição a palavra. Cara conselheira, o que nós vamos submeter a este
674 plenário é a aprovação do relatório, seguida da proposta de anexar este documento ao
675 processo administrativo que trata do loteamento, é isso?

676 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

677 Exatamente, essa é a proposta da câmara técnica.

678 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

679 Muito bem, em votação, então, a aprovação do relatório da câmara técnica do ambiente
680 natural. Favoráveis, levantem a mão. Contrários... abstenções... com a abstenção do
681 conselheiro representante da FIERGS, portanto, aprovado por maioria. Segundo ponto,
682 então, para este conselho se manifestar. Este conselho concorda com a proposição da
683 câmara técnica de agregar esse documento ao processo administrativo? Favoráveis,
684 levantem a mão. Contrários... abstenções... abstenção da FIERGS. Então, aprovada essa
685 proposição por maioria. Acompanhando a ata, que é perfeitamente normal. Então,
686 acompanhará. Então, esta decisão, cara secretária executiva, não vamos esquecer.

687 **MARCOS PADILHA, DO DEP:**

688 Eu só quero frisar que o DEP aprovou esse relatório, estamos de acordo. A gente só quer
689 frisar alguns pontos, que seriam o impacto de vizinhança que esse possível
690 empreendimento possa causar, e o impacto da drenagem existente, que também a gente
691 tem que ficar de olho nisso. Então, a gente entende que esse processo, depois de ter as
692 diretrizes da CAUGE, depois de ter o parecer da CAUGE, ele deveria voltar, em algum
693 momento, para a câmara técnica, para analisar isso, não pode ficar só nesse momento. E
694 outra coisa também que eu quero frisar, que já é uma coisa rotineira, que todo mundo já
695 sabe, e que hoje a gente está vendo muito nos jornais é essa questão das invasões. A
696 gente está muito preocupado porque está acontecendo invasões em várias áreas,
697 principalmente em áreas particulares, que está mais em evidência, mas também tem
698 muitas áreas de preservação que estão sendo ocupadas. E eu já estou até, o Julho aqui da
699 SMAM, até não aguenta mais me ouvir, que eu estou toda semana ligando, porque a gente
700 faz as vistorias, constata a invasão e eu ligo para ele e ele diz: "Olha, o que acontece é que
701 a gente chega lá, o kit ocupação já foi instalado e a gente não tem mais o que fazer. Só se
702 pegar no flagrante." Então, eu acho que a gente, como COMAM, a gente poderia começar
703 a pensar e em alguma forma de tentar melhorar a fiscalização disso, talvez. Tentar mudar
704 alguma lei para que essa questão seja mais importante e tenha uma visibilidade melhor.
705 Porque eu estou sentindo que nós não estamos conseguindo acompanhar isso. Está
706 acontecendo as invasões, e depois que acontece não tem mais o que fazer. Dependendo
707 da justiça, a justiça a gente sabe como é... a Brigada Militar, nesse governo, está com
708 problemas, não está também, acompanhando. E quando a gente vê, tem a reintegração de
709 posse, mas o estrago foi feito, não tem mais a recomposição do que foi estragado. Então,
710 isso nos preocupa muito, e a gente devia, como COMAM, começar a pensar nisso. Porque
711 esse empreendimento aqui, é Se de repente, por algum motivo, eles desistirem do
712 empreendimento, ou de repente deixar uma área de parque, uma área de preservação,
713 fatalmente pode ser ocupada. E depois de ocupada, não tem mais como voltar atrás.

714 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

715 Bom, Paulo Brack, do Ingá. Eu acho que nessa área tem uma certa vantagem, digamos
716 assim, inibitória a ocupação, pela questão da área muito húmida. Então, para fazer uma
717 ocupação, uma invasão e colocar uma casa, o cara vai ter que botar...

718 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

719 Tem que ter um kit palafita...

720 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

721 É, uma palafita ou um bom aterro, eu acho que o risco não seria tão elevado como
722 realmente, considerando essa questão do bem importante mas enfim, em algum
723 momento, quem sabe, a gente trazer esse assunto aqui para ser discutido, para ver o que
724 pode ser feito. Eu acho que no momento em que se tivesse, talvez, esse mapa das áreas
725 prioritárias à conservação, uma maior fiscalização mais constante nessas áreas seria
726 importante. Até, talvez, com esses recursos do fundo municipal do meio ambiente, enfim,
727 para a gente ter uma ronda, digamos assim, de fiscalização. Quem sabe até organizada
728 com outros órgãos, que não só a Secretaria do Meio Ambiente, Brigada Militar, enfim,
729 patrulha ambiental, para que ela ficasse, digamos assim, no roteiro dessas áreas
730 prioritárias. Para poder, a cada dois, três dias, uma semana, ficar de olho. Ter informantes,
731 enfim. Eu acho que isso, secretário, talvez poderia ser uma questão bem importante, a
732 gente considerar as áreas de risco potencial dessas ocupações, invasões, que causariam
733 até um problema para os próprios moradores. Porque ali, a infraestrutura seria tão
734 desgraçadamente ruim, inclusive para eles, que eles ficariam numa situação de
735 vulnerabilidade, áreas de risco. A gente sabe que tem muitas áreas de risco também, que
736 são ruins até para os próprios moradores.

737 **MAURICIO SCHERER, DO UAMPA:**

738 Penso que este conselho não deve simplificar a discussão da pauta urbana. Temos aqui,
739 conselheiros preocupados com a qualidade ambiental no município, com a conservação
740 dos espaços e áreas que devem ser preservadas. No entanto, me parece que esse espaço
741 não tem uma clareza técnica para pensar este fenômeno que a cidade está vivendo hoje.
742 Eu, academicamente, pude trabalhar também com a questão urbana habitacional, e é
743 muito evidente que nós estamos num segundo grande ciclo de ocupações na região
744 metropolitana. Que o primeiro grande ciclo foi à década de oitenta, final de oitenta e
745 noventa, por falta de política habitacional. E nós estamos vivendo hoje um acúmulo de uma
746 política habitacional que está pecando para aqueles que mais necessitam. Eu acredito que
747 é muito complicado a gente imaginar que uma ocupação que reúne duas mil pessoas,
748 possa ser uma ocupação de pessoas que apenas querem prejudicar a qualidade urbana do
749 município. Então, eu sugiro que uma pauta como essa seja tratada, com o auxílio,
750 inclusive, de técnicos de fora deste conselho, para que a gente consiga ter mais clareza.
751 Agora sim, concordo com ambos os conselheiros que falaram antes de mim, que é um
752 assunto muito importante. E devemos, sim, questionar, pesquisar, buscar entender a
753 relação meio ambiente e produção da cidade. Isso sim é muito interessante, mas com
754 calma e cautela.

755 **MARCOS PADILHA, DO DEP:**

756 Marcos Padilha, DEP. Só para complementar, conselheiro Paulo, duas áreas que eu estou
757 me referindo, uma é no finalzinho da Asa Branca, que chamam ali pela Farroupilha, que é
758 as margens do canal da CB10, que é uma área constantemente alagadíssima, muito
759 baixas, que em qualquer chuva ela alaga e de qualquer forma as pessoas estão ocupando
760 ali. É efeito formiguinha, não é um efeito grande, mas se olhar pelos mapas do Google,
761 naquela região, tu vai ver que todo ano, cada ano que passa, aumenta duas, três casas
762 naquela área, e a coisa está indo. Daqui a pouco, já estão as casas atrás aqui do, hoje
763 tem uma grande área verde ali, daqui a pouco não vai ter mais. E uma outra área também,
764 que eu estou me referindo, é a área ali da Francisco Silveira Bitencourt, perto da Vila
765 Vitória da Conquista, onde também tem uma área verde, e tem o Arroio Santo Augustinho,
766 que passa ali, também é uma área alagadíssima, área que sempre abaixo, e que estão
767 ocupando hoje. Áreas altas, áreas que não tem problema de alagamento, de... quanto a
768 isso, até particularmente, não o DEP falando, mas particularmente eu concordo com o

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

769 colega ali, quanto à questão de política, eu acho que tem áreas que estão sem uso, tem
770 que ser ocupadas. Mas essas áreas que são problemáticas para as próprias pessoas,
771 depois a prefeitura tem que chegar e tem que fazer obras, tem que gastar dinheiro em
772 infraestrutura para elas, e acaba saindo muito mais caro. Então, nesses locais que eu estou
773 me referindo, de cotas baixas e alagadiças, que as próprias pessoas acabam, depois,
774 sofrendo.

775 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

776 Conselheiro, suas ponderações são pertinentes, assim como do conselheiro da UAMPA.
777 Com certeza nós utilizaremos, este é um tema, pela sua amplitude e pela sua forte
778 conotação sócio econômica, e me permitam uns parênteses aqui, não consigo enxergar
779 num futuro breve, que dentro desse sistema, esse número de pessoas vá diminuir, não
780 consigo perceber política habitacional que vá dar conta desse recado. Não vamos nos
781 esquecer que o sistema ora em vigor... só que não quero me referir a esse sistema como
782 aquele algoz invisível, não. Nós fazemos parte, como sociedade desse contexto, e
783 obviamente as observações feitas são, Paulo, absolutamente pertinentes. Eu tenho uma
784 proposta, mas antes disso, vamos ouvir as considerações do conselheiro Fleck, DMLU, e o
785 DMAE em seguida.

786 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

787 Eu fiz um comentário rápido, eu lembrava que acerca de dois anos atrás, na instância do
788 plano municipal de, nós mapeamos, mapeávamos, dentro desse plano da instância, do
789 prognóstico, os de expansão urbana. E a gente verificava,, os trabalhos de
790 colegas da SMURB, SPM esses colegas traziam, digamos assim, muita tristeza no olhar,
791 muita mágoa, de que se produz o plano diretor, para depois entrar em 1001 emendas,.....,
792 enfim, para modificar erros. Justificando até o meu voto,, eu acho que ninguém seria
793 contrário construir um prédio de 500 andares lá, questões ambientais, outras
794 questões... mas instâncias para isso, democrática, é a instância de construção do plano
795 diretor. Não é possível que a gente perca tempo o plano diretor, para depois sempre
796 haver emendas, sempre se modificar aquilo que se consome democraticamente. Então, por
797 isso justificando o voto favorável. Logicamente, o nosso viés aqui, de conselho do Meio
798 Ambiente, é o viés ambiental. E todo esse trabalho aqui na técnica, foi dentro do viés
799 ambiental. Temos outros vieses que o colega ali citou, bom, nós temos que levar
800 infraestrutura para esses locais que vão ser urbanizados, esgoto, água, coleta de resíduos
801 e assim por diante. Me parece que as coisas se precipitam sem que a infraestrutura esteja
802 sido planejada. Então, nesse sentido, o nosso registro, o colega da FIERGS também está
803 aqui, nada contra o interesse da indústria e da construção civil, que é importante, não há
804 dúvida, mas a sociedade tem que primariamente ser consultada. E a instância democrática
805 é a formação do plano diretor. Obrigado.

806 **NEUZA HENRICH DA ROCHA, DMAE:**

807 É difícil não se manifestar, diante de um assunto desse interesse. Então, a partir do que o
808 colega da UAMPA falou, e agora aproveitando uma deixa do que o Fleck falou, do plano
809 diretor,.....plano diretor contemplou em longos estudos as áreas de interesse
810 social. O colega da UAMPA falou que nos anos oitenta houve uma sequência de invasões,
811 porque não havia uma política ambiental. De fato, nós ficamos décadas sem ter uma
812 política ambiental. Tinha o PNH, que era uma porcaria, foi instinto e ficamos sem nada.
813 Então, agora, dizer que política ambiental não contempla essas pessoas, me causa
814 estranheza, porque eu trabalhei, e o que a gente encontra em um grupo organizado
815 com duas mil pessoas, a quantidade de carros que é encontrado lá, é o que me causa
816 estranheza.

817 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

818 Alguma outra manifestação? Posso fazer a proposição? Consultei a mestra Andreia
819 Loguercio antes, mas antes me permitam só fazer uma observação. Esse tem sido, a
820 questão da expansão irregular, das invasões, dos moradores de rua, tem sido, eu confesso
821 para vocês, um dos pontos que mais sem sombra de dúvida, preocupa. Preocupa
822 porque envolve seres humanos, com as mesmas características que qualquer um de nós.
823 O aspecto afetivo, o aspecto de fome, aspecto de frio, aspecto etc... Mas é uma situação
824 que tem muitos matizes. Então, dito isso, eu passo para este plenário aquilo que eu
825 assoprei no ouvido da conselheira Andreia Loguercio, da UFRGS. Este tema cabe
826 perfeitamente nessa câmara técnica. Dentro daquilo que o conselheiro Padilha, e o
827 conselheiro da UAMPA, Mauricio... então, os conselheiros da UAMPA, Mauricio, e Padilha
828 do DEP, analisaram o Paulo, o Fleck, a Neuza, eu gostaria de propor, então, que esse
829 tema fosse abordado na câmara técnica de áreas naturais, para criar aí uma proposta de
830 trabalho. Olha, virá ao encontro de uma tentativa que nós estamos fazendo, de estruturar
831 um grupo que seja, nas suas ações e dentro de uma política fundiária do município,
832 coerente, consistente e eficaz. Porque do contrário, a gente só fica fazendo de conta (eu
833 não gosto da expressão “enxugar gelo”). Dá para enxugar gelo, até acabar o iceberg. Leva,
834 pode levar uma década, não sei, Paulo, mas dá para enxugar gelo, eu acho que dá. Sem
835 resultado concreto, é óbvio, a não ser, molhar o instrumento que se utilize para enxugar o
836 gelo. Por gentileza, conselheiro Paulo.

837 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

838 Não, eu acho que talvez tenha sido um pouco infeliz, considerando que as palavras do
839 Mauricio são bem importantes mesmo. Eu acho que a gente tem que conversar, talvez,
840 com essas lideranças, tentar fazer, escutar eles em alguns momentos. Eu acho que tem
841 muitas ocupações aí, irregulares, que tem que ser resolvidas, eles demandam à prefeitura.
842 Eu lembro que há alguns anos atrás, também, quando em outras gestões eu entrei em
843 contato aqui com o secretário do meio ambiente, e eu o fiz uma proposta, inclusive, de que
844 se houvesse um diálogo com essas comunidades, já que elas muitas vezes até vieram aqui
845 na SMAM, na época que eu trabalhava, pediram mudas para plantar nos morros. E eu
846 disse assim: “Bom, nós não vamos dar mudas para locais que... áreas de risco, enfim...”
847 Quer dizer, situações, nós realmente... Mas por outro lado, quer dizer, essas demandas da
848 sociedade, nesses grupos da sociedade, assim, que passa por fragilidades sociais etc... a
849 gente sabe que tem, por trás, em alguns aspectos tem, de terras, é claro. Mas eu
850 acho que também tem que se pensar na questão, muito tem que pensar na questão social.
851 Eu sou favorável, que eu acho que nós não vamos encerrar esse assunto aqui, mas que
852 esse assunto venha para cá, para que a gente possa, na câmara técnica, tratar também
853 desse tema para ver de que maneira a gente pode tratar, tanto da fiscalização, conversa
854 com lideranças, enfim. Eu acho que encaminhamento, eu reforço, como o secretário
855 aqui tinha colocado...

856 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

857 Conselheiro Mauricio.

858 **MAURICIO SCHERER, DO UAMPA:**

859 A sociedade tem de tudo, nas ocupações também. Mas eu gostaria de deixar um exemplo
860 aqui, a gente foi procurado nessa semana mesmo, por uma associação comunitária, lá da
861 zona sul de Porto Alegre. É um loteamento irregular já, há 16 anos, e eles nos procuraram
862 para tentar resolver um item do plano diretor que o loteamento não estava contemplando.
863 Eles precisam de 20% de área verde. A associação comunitária está em busca disso, está
864 em busca de respeitar o plano diretor. Então, esse exemplo é um exemplo muito bacana,
865 inclusive, para que os grandes empreendimentos que queiram se instalar em Porto Alegre
866 também sigam.

867 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

868 Muito bem, senhores conselheiros, há algum conselheiro que discorde do
869 encaminhamento proposto, qual seja, de que se discuta, que se comece a discutir de forma
870 organizada, na câmara técnica de áreas naturais, alguma objeção? Perdão, alguma
871 contrariedade? Alguma abstenção? Unanimidade. Eu já antecipo para vocês, vai ser muito
872 interessante, conselheiro Paulo, sem sombra de dúvida. Importante, por que? Porque a
873 nossa, o nosso município, assim como outros aqui na região metropolitana, conforme a
874 expressão muito apropriada do Mauricio, nós temos um fenômeno que vem recrudescendo.
875 Passamos para o quinto item da nossa pauta, um breve relato sobre a câmara de resíduos
876 sólidos emissões e efluentes. Para os seus segundos quinze minutos de fama, Andreia
877 Loguercio.

878 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

879 Bom, essa câmara, na verdade, é presidida pela Magda, do CRBIO, que não pode estar
880 presente, e ela me incumbiu, mediante... A Alaides, na verdade, hoje de manhã a Magda
881 esteve aqui e disse: “Eu não vou estar e a gente teria que apresentar o relato da câmara,
882 que é um documento que nós elaboramos lá na câmara técnica de resíduos, para
883 apreciação do conselho.” Bom, nós temos discutido ao longo do ano, na câmara técnica de
884 resíduos, como aprimorar, como auxiliar, como melhorar, a questão da coleta seletiva. E
885 dentro dessa proposta, da câmara técnica de resíduos naturais, nós tivemos uma série de
886 apresentações do pessoal do DMLU, da própria Ana Paola, que é da equipe aqui, agora da
887 ECCOPS, mas era da equipe de resíduos ao longo do tempo, com aquilo que os técnicos
888 da SMAM, com o que o DMLU e com o que outras pessoas que trouxeram ao longo do
889 ano, nos apresentaram que se deparam dentro dos galpões. Hoje nós temos em Porto
890 Alegre, o Fleck pode corrigir esses dados, mas nós temos em Porto Alegre um conjunto de
891 galpões que estão conveniados com o DMLU para o recebimento do material reciclável. O
892 Ministério Público tem sido bastante incisivo na questão de acionar o DMLU, acionar a
893 própria SMAM, em relação ao licenciamento ambiental desses locais. E a grande maioria
894 deles, não todos, não estão ainda, em dia com essas questões, e a gente se deparou, na
895 prática, com uma série de deficiências que essas associações tem esses galpões que
896 trabalham com a coleta seletiva, com a reciclagem, com a triagem desse material, eles
897 prestam, na verdade, o Carlos diz bastante isso na câmara, um serviço ambiental pelo qual
898 a sociedade, nós, grandes consumidores, não os ressarcimos. Eles, na verdade, nos
899 auxiliam a diminuir o impacto do nosso estilo de consumo. Considerando, então, esse
900 entendimento, na última reunião da câmara técnica, nós achamos por bem trazer à plenária
901 uma sugestão de resolução em que nós entendemos que, uma vez que a gente tem
902 empreendimentos que são licenciados; que esse empreendedor, no momento do
903 licenciamento, ele faz uma série de contrapartidas para a municipalidade, e eu acho que o
904 exemplo mais notado tem sido a EPTC, que pede aos empreendedores uma série de
905 melhorias em vias, de melhorias de sinalização e outras séries de tantos, e isso se dá
906 basicamente no acervo da CAUGE. Mas o DMLU nos explicou que eles não têm um acerto
907 na CAUGE, então, na verdade, eles ficam meio que por fora dessa negociação. E nós
908 entendemos que caberia, como política ambiental no município, dentro do, no momento do
909 licenciamento ambiental, se estabelecer que os empreendedores comerciais, aqueles que
910 estão dentro da ECOPSE, principalmente, empreendedores comerciais de maior vulto, na
911 sua compensação ambiental, trouxessem algumas melhoras para a questão das unidades
912 de triagem. Nós não vamos resolver o problema dessa forma, eu entendo que nós não
913 vamos resolver o problema dessa forma, e a câmara técnica tem essa consciência, que
914 não vai ser essa a solução. Mas nós também entendemos, como câmara técnica, de que a
915 mudança precisa começar com pequenas ações, nem que seja de cada um de nós. Então,
916 se a gente tem um galpão que está operando, que está recebendo material do DMLU, está
917 fazendo um serviço ambiental, e se a gente puder, de alguma forma, como órgão

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

20

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

918 ambiental, como conselho de meio ambiente, contribuir para que haja melhora nessa
919 condição. É papel desse conselho, de acordo com o nosso entendimento da câmara,
920 propiciar algum tipo de compensação, de repasse na compensação ambiental, para que
921 esse empreendedor, então, faça uma doação, que seja de uma esteira. E às vezes as
922 necessidades desses galpões, secretário, elas são extremamente básicas. É a falta de
923 luvas para fazer triagem do material, é a falta de um local para depositar o material triado.
924 Então, existem necessidades muito básicas, que poderiam melhorar a qualidade do galpão.
925 É a falta, às vezes, de uma área devidamente impermeabilizada, para eles colocarem
926 aquele material que vai ser devolvido ao DMLU, porque não tem a serventia, pela
927 quantidade de sujeira que ele veio, ele não pode ser, ele não tem valor comercial. Então,
928 essa é a proposta da câmara técnica, que a gente passe a incluir no licenciamento
929 ambiental dos empreendimentos em atividades, um dispositivo para que haja uma
930 compensação na área de atuação desses empreendimentos, para as unidades de triagem.
931 Como colocação de equipamentos, de mobiliário, em consonância com aquilo que o DMLU,
932 que é o parceiro, na municipalidade dessas unidades de triagem, entenda como pertinente.

933 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

934 Está bem, acredito que os senhores conselheiros... é o primeiro contato com os
935 conselheiros?

936 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

937 É, com a plenária, sim.

938 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

939 Eu não sei se a gente pode propor que esse texto seja remetido, os conselheiros
940 avaliariam, e poderiam devolver por e-mail, cujas sugestões poderiam ser encaminhadas,
941 então, para a respectiva câmara técnica. Eu penso que nós não teríamos, neste momento,
942 considerando que estamos tomando conhecimento agora, conselheira, condições de
943 votação. A apreciação dos senhores conselheiros. Fala mestre Fleck.

944 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

945 Falo SMJMM. O que significa isso? Salvo melhor juízo, Mauro Moura. Não, apenas eu acho
946 que é perfeita a colocação, até mesmo porque é o primeiro contato com essa preposição.
947 Eu precisaria fazer um comentáriozinho bem breve. Nós estamos até para discutir, dentro
948 do DMLU, não só dentro do DMLU, dentro do chamado Sistema Municipal de, que tem
949 a SMAM como representante na pessoa da Ana Paola, questões relativas às unidades de
950 triagem. E há, digamos assim, por parte de muitas pessoas, inclusive do diretor geral do
951 DMLU, a ideia de que nós temos que mudar esse perfil que era muito bom para o início dos
952 anos 90, que se encontra ultrapassado hoje. Temos que mudar o perfil da maneira como
953 nós encaramos a questão da triagem. E em triagem, teoricamente, sempre vamos, em
954 algum grau, ter que precisar dela. Eu costumo dizer, até na Suíça, lá que todo mundo é rico
955 ou bem de vida, tem que ter alguém trabalhando nisso. Mas importante dizer o seguinte, é
956 algo que foi comentado, bastante, extensivamente, num evento que a gente teve até
957 ontem, acho que da SMAM participou, lá no SENGE, que era sobre a regulação
958 saneamento. Não o caso da SMAM, que não é serviço de saneamento, mas enfim, grande
959 parte do que está sendo feito pelo DMLU, na forma de coleta seletiva, e pelos catadores
960 nas UTS, chama-se logística reversa. Se for executada pelo poder público ou por outrem,
961 que não o responsável legal... quem é o responsável legal? Toda cadeia que vai do
962 fabricante, até o revendedor, teria que ser remunerada. Nem o poder público, nesse
963 momento, está sendo remunerado. Tem caminhãozinho circulando e recolhendo pacotinho
964 de massa fabricado por A, pacotinho de maço de cigarro, enfim... Nem quem está lá na
965 ponta, na triagem, é remunerado para isso. E eles nos cobram, a cada evento, onde é que
966 está aquele famoso princípio do ao contrário do poluidor pagador, como se chama mesmo?
967 Do protetor recebedor, por que não estão recebendo por isso? Mas esse projeto, que eu

Endereço para correspondências

21

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

968 vejo com bons olhos, ele vai se inserir em algo que talvez seja provisório, pelo próprio
969 passar do tempo, pela própria dinâmica do nosso país. Se nós tivéssemos continuado
970 aquele crescimento econômico que vinha, até 4 anos atrás, na propaganda política, enfim,
971 mas o Brasil vinha num crescimento bastante significativo, e depois nós tivemos uma
972 queda, possivelmente a gente não tivesse mais ninguém nas unidades de triagem. Nós
973 perdemos muita gente para a construção civil, e daqui a pouco mais, ninguém mais vai
974 estar interessado em trabalhar em triagem, simplesmente pelo valor do resíduo que separa
975 e vende. Mas nesse momento, isso é importante. Mesmo que seja um paliativo, uma
976 situação de, digamos assim, não estável, nesse momento isso vem a calhar, dando
977 interesse da atual conjuntura que nós temos com relação à reciclagem. Só para terminar,
978 realmente, boa parte das unidades não tem licenciamento ambiental; boa parte tem aquela
979 licença guarda-chuva, Mauro, que se fez para várias unidades. E isso está sendo
980 pressionado pelo Ministério Público, notoriamente pela promotora Anelise, e a gente
981 não consegue tirar a razão dela, no sentido de que há muita coisa lá que está muito
982 provisória, muito precária e Não há o plano de prevenção de incêndios, não há... e o
983 poder público, de uma certa forma, está expondo esse pessoal... nós, temos, digamos
984 assim, responsabilidade solidária por tudo que acontece lá, expondo esse pessoal. Então,
985 a gente sabe que tem que melhorar, tem que fazer a lição de casa. Obrigado.

986 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

987 O DMLU tem assento na câmara técnica?

988 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

989 Sim.

990 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

991 Então, penso que esse norte que está sendo apontado, e nós sabemos que é um processo
992 e muitas vezes longo, mas que não seja longo demais, ele precisa ser discutido... nesse
993 sentido, penso que seja assim, Fleck, interessante discutir na câmara técnica, porque este
994 conselho,, ele pode pensar de agregar contribuições interessantes. E principalmente na
995 linha que colocas aí, na linha futura. E óbvio, nós temos ainda aí o contraditório fantástico,
996 de que confundimos crescimento com desenvolvimento. Então, há uma confusão, até de
997 conceitos, muito grande. E a tua ponderação está, assim posta por um belo desafio. Mauro
998 Gomes de Moura.

999 **MAURO MOURA, SUMAM/SMAM:**

1000 Bom, gente, eu vou dar a minha opinião sobre as unidades de triagem, que é muito feio, eu
1001 vou apanhar aqui. Eu acho que é um sistema de escravidão branca moderna, e que todos
1002 nós somos coniventes, inclusive o Ministério Público e o poder judiciário. Mas isso é uma
1003 outra conversa. Quem conhece a situação das unidades de triagem,, como as
1004 pessoas lá, talvez não aprovasse isso aí. Mas o meu problema não é esse, o meu
1005 problema é o seguinte. Não se pode fazer uma norma simples, porque no processo de
1006 licenciamento, eu tenho que saber, para começar, se eu posso criar uma taxa, isso
1007 normalmente é criado por lei, para qualquer tipo de empreendimento em Porto Alegre, e em
1008 que proporção cada tipo de empreendimento em Porto Alegre. E se isso fosse aprovado,
1009 talvez na câmara, contribuiria. Eu não posso entrar no sistema de licenciamento assim,
1010 dizer: "Olha, eu vou licenciar tua padaria, e tu vai dar uma compensação lá para a unidade
1011 de triagem, o DMLU Isso é uma coisa que não pode ser recriada assim. A gente pode
1012 conversar sobre uma regra para isso, eu não sou a favor de apoiar dessa forma a unidade
1013 de triagem, mas isso não é problema meu, mas eu acho que dessa forma não pode. Nós já
1014 cobramos taxas de licenciamento ambiental, e em algumas situações tem regra de
1015 compensação na lei federal, e não posso tirar uma norma assim... o licenciamento
1016 ambiental de qualquer empreendimento em atividade em Porto Alegre vai fazer uma
1017 compensação. Que compensação, que percentagem, isso é considerado uma taxa, um

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1018 tributo, o COMAM pode fazer isso ou não? Então, assim, a medida que vocês contribuam
1019 com a câmara técnica, eu, desta forma é impossível operarmos o licenciamento
1020 ambiental. E eu vou criar mais um problema no licenciamento ambiental, que eu vou ficar
1021 períodos discutindo o que eu vou dar para quem, quanto, quanto cada empreendimento, a
1022 proporção econômica de cada um. São coisas que precisam ser avaliadas, eu não posso
1023 entrar num processo de licenciamento dessa forma. Apesar de eu não acreditar muito

1024 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM:**

1025 Conselheiro Felipe.

1026 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1027 Em primeiro lugar, com relação à questão da triagem, eu acho que nós estamos
1028 momento. Eu assisti um trabalho, um mestrado de ecologia, que mostrou um galpão de
1029 triagem em Dois Irmãos, que os trabalhadores lá ganhavam r\$ 1500,00 a R\$1800,00, e
1030 estavam super felizes com o trabalho que faziam.

1031 **MAURO MOURA, SMAM:**

1032 É um modelo, Dois Irmãos.

1033 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1034 É, o nosso modelo que está precário, o modelo de Porto Alegre está precário. A Lei dos
1035 Resíduos Sólidos foi feita sim por catadores, inclusive, o medo deles é que, às vezes até o
1036 nosso discurso, leve para o lado do, os resíduos sólidos caem na mão da iniciativa privada.
1037 Mas não, essa lei foi feita, a prioridade é cooperativas de catadores. E é o modelo de Porto
1038 Alegre que infelizmente nos leva a reproduzir esse discurso do Mauro, de dizer que é
1039 escravo. Não, existem maneiras diferenciadas de se lidar com os catadores, é Porto Alegre
1040 que está atrasada com relação a isso. Então, eu acho que no município de Dois Irmãos, se
1041 eu não me engano, lá está muito bem, obrigado, com a reciclagem lá, com nível muito alto
1042 de reciclagem na cidade. Então, é o modelo de Porto Alegre, não dá para generalizar. E
1043 com relação às medidas compensatórias, eu não sei qual é o regramento que existe no
1044 momento, mas eu assisti um loteamento do lado do Arado, que a medida compensatória foi
1045 fazer um campo de futebol na área da FEBEM. Eu já ouvi, inclusive, em audiências
1046 públicas, do tipo assim: “Vai lá, pede lá as demandas da tua comunidade para o
1047 empreendedor.”

1048 **MAURO MOURA, SMAM:**

1049 Isso não é compensatória.

1050 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1051 É, mas eu já ouvi esse tipo de coisa: “Demandem o que vocês querem para o
1052 empreendedor.” Inclusive, a nossa, trabalhamos na região extremo sul há 15 anos, é
1053 que a ausência do estado na região, traz com que os empreendimentos sejam os
1054 salvadores da pátria para da região. Sim, esse campo de futebol que estão pedindo foi
1055 assinado um compromisso de R\$120000,00 para fazer um campo de futebol para a
1056 comunidade, em troca...

1057 **MAURO MOURA, SMAM:**

1058 É contrapartida, não é medida compensatória.

1059 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1060 É, mas esse tipo de... então, que se troca ele para contrapartida. A ideia, eu acho que é
1061 que entre no processo do licenciamento, que se entre os galpões de triagem. Se vai
1062 alguém no galpão de triagem lá, concorrer com o campo de futebol, com certeza o campo
1063 de futebol vai vencer. Então, eu acho que a ideia é, então, que se tire a lei das
1064 compensações, que se crie, para entrar nessa fatia das contrapartidas. Porque eu acho
1065 que é mais justo tu colocar uma verba para o galpão de reciclagem, do que fazer um
1066 campo de futebol. Eu acho que é tão justo quanto, a comunidade tem o direito do jogo de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1067 futebol, o galpão de triagem também tem o direito de pedir uma verba para ele. Então, se
1068 não é compensação, é poder entrar nas contrapartidas do empreendimento.

1069 **MAURO MOURA, SMAM:**

1070 Galpão de triagem é empreendimento.

1071 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM:**

1072 Temos a conselheira Andreia, depois o Paulo, e a FIERGS. Andreia.

1073 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

1074 Só para esclarecer, Mauro. Essa proposta, ela nasceu, inclusive, de um histórico da própria
1075 secretaria. Essa, a SMAM já teve, em alguns momentos, essa possibilidade. Pode até ser
1076 que o termo não seja a medida compensatória, mas quando nós pensamos na redação,
1077 essa redação não foi feita por alguém inexperiente, foi feita pela Magda, que tem uma
1078 longa experiência afrente do licenciamento ambiental no município de Porto Alegre, foi
1079 pioneira nessa questão do licenciamento ambiental no município. E ela relatou, junto com
1080 os técnicos da SMAM, a possibilidade de que isso já foi feito. Porque o que nós pensamos
1081 não é taxar qualquer empreendedor; é se ater naquilo que nós estamos trabalhando dentro
1082 da câmara técnica, que são os grandes empreendedores comerciais. E nós estamos
1083 trabalhando com os empreendedores como os supermercados, como os empreendedores
1084 que estão ali, ao alcance da ECCOPS. Então... OK, nós trouxemos a proposta para que
1085 traga as colaborações, ela não está sendo uma proposta colocada em votação. São bem
1086 vindas as críticas e são bem vindas todas as colaborações. Mas o que nós gostaríamos de
1087 manter é o princípio da proposta, de que nós entendemos sim que, uma vez que esse
1088 serviço ambiental existe, e ele existe de fato, não basta a gente dizer: “É uma escravidão.”
1089 OK, é uma escravidão branca, tu foi a primeira pessoa que, quando eu falei numa reunião
1090 dessa própria câmara técnica, de que a gente não deveria consumir, deveria comprar a
1091 granel, disse para mim: “Só tu que és louca, vai comprar coisa a granel. Eu vou no
1092 supermercado e vou comprar de saquinho.” OK, Mauro, eu acho, então, que para isso tem
1093 um custo...

1094 **MAURO MOURA, SMAM:**

1095 Eu acho que tem um custo, mas não de

1096 **CLÁUDIO DILDA, SMAM:**

1097 Está, vamos oportunizar, aqui deu uma redundância, no momento oportuno, um debate.
1098 Gente, é fascinante, recebi esses dias, um pessoal aí que está tratando da questão
1099 logística reversa, envolvendo os principais comerciantes. Mas não é o momento agora...

1100 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

1101 É isso, eu acho que na linha do seu pensamento. Já que, digamos, se pediu vistas à
1102 proposta, eu acho que aí fica para...

1103 **ANDREIA LOGUERCIO, UFRGS:**

1104 Ela está para apreciação e contribuições...

1105 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1106 OK, o pugilato, Andreia e Mauro, terá um momento oportuno, que é...

1107 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, FIERGS:**

1108 Na verdade, eu não quero polemizar mais o termo, enfim. Eu acho que as questões que
1109 foram ditas aqui são realmente pertinentes. Eu acho que a questão dos pagamentos pelos
1110 serviços ambientais, existem projetos tramitando, tanto aqui no Rio Grande do Sul quanto
1111 no Congresso Nacional, para regulamentar o tema. É sabido que o movimento nacional dos
1112 catadores se interessa por incluir a questão dos resíduos sólidos nesse contexto, e eu acho
1113 que eles têm os seus motivos. O que eu acho, é que a gente tem que pensar em como
1114 criar uma política municipal, então, de apoio e suporte para essas cooperativas. Agora, o
1115 licenciamento ambiental, ele não é a ferramenta mais adequada para se colocar como
1116 suporte ou auxílio para melhorar as condições dessas cooperativas. Até porque elas

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1117 possuem, deveriam possuir CNPJ, serem estruturadas. Então, como é que vai funcionar,
1118 como o Mauro falou, o regramento para isso? A Política Nacional de Resíduos Sólidos, ela
1119 não regrou as questões de aplicação específicas para o catador. Ela regra a gestão de
1120 resíduos sólidos. Porque o catador não coleta resíduo perigoso, o catador não coleta
1121 resíduo hospitalar, o catador não coleta resíduo industrial, o catador não coleta resíduo
1122 radioativo e assim por diante. Então, ele é específico para o resíduo urbano, e muitos
1123 empreendimentos hoje licenciados, eles são responsáveis pela destinação dos seus
1124 resíduos, e esses resíduos nem passam pelas cooperativas. Alguns podem passar, e
1125 algumas vezes como iniciativa de doação para fomento e melhoria da cooperativa, para
1126 que eles tenham renda e possam melhorar o seu trabalho, a partir daí, de uma ação social
1127 já desenvolvida, pelo menos para os empreendimentos industriais. Então, fica aqui a minha
1128 sugestão, de não se criar um vínculo, se queremos realmente fazer um trabalho para
1129 melhorar a condição dessas cooperativas, que se faça uma política, para o município
1130 fazer isso. E não mais um penduricalho, um encaixe no licenciamento, de uma
1131 compensação extremamente polêmica, que muitas vezes não guarda relação direta com o
1132 impacto do empreendimento. Porque esses resíduos gerados pelo empreendimento,
1133 muitas vezes, não passam por essas cooperativas. Como é o caso de exemplos que o
1134 colega falou, de campos de futebol. Nós montamos um grupo na CNI, para discutir a
1135 questão do licenciamento ambiental, as existem. Existem casos no Brasil onde são
1136 pedidos escolas, construção de hospitais em licenciamentos, quartéis militares, dentro de
1137 condicionantes de licenças. E talvez esse seja mais um exemplo de um caminho que a
1138 gente não deve seguir. Eu acho que podemos sim, criar uma instrução de apoio, mas com
1139 uma estrutura adequada, fora do licenciamento, para melhorar a condição de trabalho
1140 desses catadores. Então, eu me coloco a disposição, eu vou me agendar para na próxima
1141 reunião, participar da câmara técnica e trazer as propostas aí, com vistas a uma política
1142 sim, de melhoria para o catador. E não criar uma forma de compensação no licenciamento
1143 para isso.

1144 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1145 Muito bem, Tiago. Um minuto para o Fleck.

1146 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

1147 Mas que seja um minuto longo, pelo menos. Não, rapidamente, o seguinte. Em parte o
1148 Mauro tem razão, eu acho que em certos casos não só Porto Alegre, em outros lugares é
1149 parecido com escravidão mesmo. Em parte o colega tem razão, mas não precisa ser, volto
1150 a dizer o que eu disse antes, na Suíça tem que se fazer também, triagem, tem que se fazer
1151 isso. Mesmo alguém que possa ganhar dez mil Francos Suíços por mês. O que não deve
1152 ser confundido é o seguinte, quando se propõe o aparelhamento de unidades e galpões,
1153 através de estabelecimentos, isso não deve ser usado como pretexto para transferir a
1154 responsabilidade da logística reversa de um empreendedor para uma associação de
1155 catadores. O que está acontecendo, por exemplo, agora. Tem um fabricante de uma
1156 aguinha preta, que tem bolinhas... na verdade ele recebe um xaropinho, mistura com água,
1157 bota bolinhas... que está doando equipamentos também, para obter, do DMLU, que é uma
1158 das empresas que está por traz do chamado “sempre”, que é o Centro de Mesclagem
1159 Empresarial, entre outras várias empresas conhecidas do setor de outros, cujo a
1160 intenção é transferir, através disso, a logística reversa, que deveria organizar e executar,
1161 para unidades de triagem. Então, isso não pode servir de pretexto, a gente tem que ter
1162 esse cuidado.

1163 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1164 Muito bem, esse assunto é um tema bastante interessante, nós vamos discuti-lo.

1165 Passamos para o último ponto da pauta de hoje, antes dos assuntos gerais, a Monica

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1166 Baldauf vai se reportar, então, aos dois últimos, os dois temas finais. Semana da primavera
1167 e conferência.

1168 **MÔNICA BALBAUF, EVENTOS /SAMAM:**

1169 Boa tarde a todos os conselheiros e conselheiras. O meu nome é Monica Baldauf, eu sou
1170 coordenadora de eventos aqui da SMAM. Eu acho que nós vamos pegar o link da 1ª
1171 Semana da Primavera, uma coisa mais colorida. Mas para fazer o link com o conselho,
1172 com o COMAM, com a sua criação, vamos falar também da próxima pré-conferência, 3ª, a
1173 3ª Pré-Conferência, que vai tratar de arborização urbana, na semana que vem. Nós
1174 estamos realizando essas pré-conferências, visando a realização da grande conferência, 6ª
1175 Conferência do Meio ambiente, que é prevista também, no estatuto e na criação da própria
1176 secretaria, na criação do COMAM, que cujo objetivo é discutir as políticas de gestão
1177 ambiental no município. Nós vamos fazer a sexta, ano que vem. Não fizemos este ano por
1178 motivos óbvios, tem outras distrações, por assim dizer. E nós estamos objetivando, com
1179 essas pré-conferências, mobilizar a comunidade. Como é que nós estamos mobilizando
1180 isso? O público dessas pré-conferências que a gente está realizando, são os nossos
1181 gestores de, conselheiros do Orçamento Participativo. Por que a gente pensa nisso?
1182 Porque a mobilização é um fator fundamental para o sucesso de uma conferência. Então,
1183 essas pré-conferências, cujos temas são exatamente os das nossas câmaras técnicas aqui
1184 do COMAM, estão sendo realizadas uma após a outra, e os nossos gestores de e
1185 conselheiros do Orçamento Participativo vão nos ajudar nessa mobilização. São 17
1186 regiões, eles tem contato diário com a comunidade, e a eles cabe esse papel já, são
1187 convocados para isso. Em cada pré-conferência, eles tomam conhecimento, por intermédio
1188 de duas palestras técnicas dos assuntos, não é um momento de debate, o debate vai ser
1189 na próxima conferência. Há só uma colaboração no sentido, e eles repassam, dentro das
1190 suas regiões do Orçamento Participativo, tudo que discutiram e também, para nós
1191 fundamental, a mobilização para a conferência ano que vem. Não temos data ainda,
1192 secretário, mas será a 6ª Conferência de Meio Ambiente, em 2015.

1193 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1194 Conforme decisão do plenário, deste conselho.

1195 **MÔNICA BALBAUF, EVENTOS /SAMAM:**

1196 Exatamente, foi uma decisão do plenário que ela passasse para o ano que vem. E o outro
1197 item da pauta a qual eu vim falar também, é sobre a nossa 24ª Semana da Primavera. A
1198 secretaria, ela tem alguns eventos institucionais, a Conferência do Meio Ambiente é
1199 institucional também. Nós temos a Semana da Primavera e a Semana do Meio Ambiente,
1200 são eventos que constam no calendário do estado e da prefeitura. A semana da primavera,
1201 ela está na 24ª edição, e a gente conta com vocês para participar, também divulgar, e ela
1202 tem no seu escopo, assim, algumas atividades. Qual é o objetivo da semana da primavera,
1203 quando nós pensamos há 24 anos atrás? Semana do Meio Ambiente em Junho, dia
1204 mundial do meio ambiente, é uma semana mais técnica, geralmente em torno de um tema
1205 técnico, sobre o qual se faz um grande debate, uma mesa redonda, um seminário, alguma
1206 coisa assim, e ficamos ali, mais internamente. Qual é o objetivo da semana da primavera?
1207 Já que nós somos os gerenciadores das áreas verdes, é justamente ir para a rua,
1208 aproveitar, conscientizar através de diversas ferramentas de educação ambiental também,
1209 e praticar o melhor uso dessas nossas áreas que a gente gerencia aqui. Então, o que nós
1210 temos? Temos algumas atividades que são comuns, que vocês podem ver pelos números
1211 que estão, que vem há muitos anos. No Morro do Osso, as nossas unidades de
1212 conservação também, fazendo atividades. E dos nossos parques urbanos. Não obstante a
1213 essa parte de estarmos na rua comemorando, participando e conscientizando, fazendo
1214 trilhas, nós também temos algumas palestras e mesas redondas, de cunho também, que
1215 tem a ver bastante com o COMAM. Muita coisa de unidade de conservação, como nós

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

26

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1216 vamos ter aqui as duas mesas redondas no dia 22, sobre a zona rural, a realidade no
1217 município de Porto Alegre... está faltando a de tarde aqui. As várias formas de
1218 conservação, proposto pela equipe da fauna. Muitas atividades de educação ambiental
1219 também. Um seminário de áreas protegidas no Lami, que é um sucesso também, que eu
1220 acredito que alguns de vocês participem. E as demais atividades são mais atividades
1221 lúdicas, educativas, que a gente sempre promove e passa ano, e a gente faz isso nos
1222 nossos parques. O Parque Farroupilha e o Morro do Osso, Mascarenhas... Lançamento
1223 aqui, também, secretário, isso aqui também tem a ver com o conselho, lançamento da
1224 Cartilha das Frutas Nativas de Porto Alegre, que vai ser aqui na sede da SMAM. Essa
1225 publicação foi feita com verbas do fundo, secretário, parcialmente, eu acho até, me
1226 corrigiram depois na outra... E é isso, quando vocês puderem apreciar a programação e
1227 prestigiar, vai de 19 a 28 de setembro, isso é bom salientar. 19 é o aniversário da
1228 Redenção, 79º aniversário da Redenção. Então, nós vamos fazer de 19 a 28, a 24ª
1229 Semana da Primavera.

1230 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1231 Muito bem, muito obrigado Monica. E mestres, caros conselheiros, eu formulei um desafio
1232 aqui para a Monica, para esse ano não, mas para o ano que vem. Na semana da
1233 primavera, nós deveremos ter aí, resgatando a primavera de Vivaldi, com algum quarteto
1234 de cordas, coisa simples. Não precisa ser a OSPA. Das quatro estações, a primavera de
1235 Rossini, assim como de Rorja. Então, é um desafio aí, para a gente incluir esse outro
1236 aspecto na semana da primavera.

1237 **PAULO BRACK, DO INGÁ:**

1238 Rendon, não?

1239 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1240 Também, e outras sugestões. Mestres, eu tenho ainda um... Obrigado, Monica. Amanhã,
1241 as 13h30min, nesta sala, nós teremos a apresentação dos resultados, amanhã também
1242 estará sendo concluído o curso de capacitação dentro do convênio SMAM e IPT, com
1243 relação ao monitoramento de árvores de Porto Alegre. É magnífico, é fantástico o número
1244 de árvores que nós temos aqui, mas como nós somos seres vivos, e dessas 150 que foram
1245 analisadas, tendo um, como primeiro critério, a observação visual feita por técnicos da
1246 SMAM, junto com técnicos do IPT, a consequente análise e avaliação da resistência do
1247 estado fito sanitário, visível ou não. E se identificaram, dentro desse universo de 150, 38
1248 que terão que ser removidas. Algumas já foram, dado o perigo que representavam. E a
1249 maior parte são eucaliptos. Tem uma na Rua Gonçalo de Carvalho, que também está lá,
1250 periclitante, que tem que ser retirada. E bom, eu não tenho os detalhes aqui, das 150, 38
1251 precisarão ser removidas. Então, aqueles que, dentre os prezados conselheiros, quiserem
1252 até interagir aqui com os técnicos do IPT, serão muito bem vindos à SMAM e a este
1253 mesmo espaço. Dentro dos assuntos gerais eu queria formular esse convite, eu não sei se
1254 temos mais algum conselheiro que queira fazer uso da palavra, em assuntos gerais.
1255 Conselheiro Fleck.

1256 **EDUARDO FLECK, DMLU:**

1257 Bom, eu não quero ser acusado de retornar assunto de pauta, mas uma observação
1258 interessante, eu estava atendendo o celular, que está incluso na primeira pauta, das ERBS,
1259 e que não peguei todo... quando eu cheguei já estava na mesa aqui as diretrizes. Bom, e
1260 muito ao longo do tempo se acusa o órgão público de fazer uso de verbas, dos fundos, o
1261 que seria vedado. E eu, até por ignorância pessoal minha, eu estava perguntando para os
1262 colegas aqui do lado: “Mas como é que um órgão chega a esses recursos?” Foi me dito:
1263 “Não, então, os moldes do edital representam um projeto, e é contemplado.” Certo. E
1264 muitas vezes nós precisamos retirar um pouquinho, separar um pouquinho o que é uso
1265 para operações ordinárias, em carro, computador etc... o que seria, se é um escopo de um

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

27

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1266 projeto de altíssimo interesse para a municipalidade. Então, quando eu vejo aqui esses
1267 itens, essas diretrizes, eu me lembro que, novamente, naquele municipal de de
1268 resíduos sólidos, cabe quatro ações para a SMAM, por titularidade, por ser órgão do
1269 SISNAMA, que conversando com os colegas da SMAM que estão responsabilizados, me
1270 reporto, nós não temos previsão orçamentária para isso, porque o plano de resíduos surgiu
1271 em 2003 e o PPA é um pouquinho mais antigo. Como é que nós vamos nos equipar aqui,
1272 por exemplo, para um item, uma ação importante do plano, que é reconhecimento e
1273 mapeamento, intervenção de áreas degradadas por resíduos sólidos. ou a criação de um
1274 suporte, uma plataforma computacional a ser contratada para receber privados dos
1275 resíduos sólidos. Então, isso seria, digamos assim, oportunidade do órgão, e aí eu acho
1276 que não de maneira pecaminosa, porque é um projeto, são projetos novos, serão projetos
1277 que advêm, tem uma responsabilidade, um plano aprovado, e para o qual não se tem
1278 disponibilidade orçamentária, até pelo desencontro dos, digamos assim, plano IPPA. Se
1279 utilizar, através de projetos desse edital, para realmente tentar contemplar isso. Que não
1280 seria contratar um carro, ou comprar um computador, que isso deve ser feito com recursos
1281 orçamentários do órgão, mas para projetos de altíssimo interesse do município. Somente
1282 esse comentário.

1283 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1284 Está aí a preposição, então, e está aberto. Mais alguma inscrição?

1285 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1286 Com relação a... Eu achei que nós fomos discutir o papel do COMAM hoje, ficou para a
1287 próxima?

1288 **ALAIDES MATTONE, DA SMAM :**

1289 Sim, eu mandei e-mail explicando e justificando a troca da pauta.

1290 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1291 Está, legal. Com relação ao pedido de vistas do processo do Arado, a gente pediu vistas ao
1292 processo, e não somente ao EIA RIMA.

1293 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1294 Sim, ficou claro, tranquilo.

1295 **FELIPE VIANA, INSTITUTO ECONSCIÊNCIA:**

1296 E a gente queria..... o processo inteiro. Acredito que o Alphaville a gente vá ter vistas do
1297 processo inteiro, e não somente do EIA RIMA.

1298 **SECRETÁRIO CLAUDIO DILDA, DA SMAM :**

1299 Secretária executiva, registrado, nós vamos providenciar. Muito bem, senhores
1300 conselheiros, muito obrigado pela presença, tivemos hoje, quinze conselheiros... muito
1301 obrigado pela presença, então, e até a próxima reunião do conselho, na última quinta-feira
1302 de setembro.